

Sim!

Somos gays, lésbicas e travestis!



394

Conheça nosso primeiro Colegiado de Secretários da ABGLT, eleito em 31 de janeiro de 1995.

Secretária Geral: **Miriam Martinho** - A/c Rede Um Outro Olhar, Caixa Postal 65092, 01390-970 São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 284-5610

Secretário Geral: **Toni Reis** - A/c Grupo Dignidade, Caixa Postal 1095, 80001-970 Curitiba-PR - Fone/Fax (041) 222-3999

Secretário de Informação: **Elias Ribeiro de Castro** - A/c CAEHUSP, Caixa Postal 392, 01059-970 - São Paulo - SP - Fone: (011) 222-2105 (Recados)

Secretário de Ação para os Direitos Humanos: **Luiz Mott** - A/c Grupo Gay da Bahia, Caixa Postal 2552, 40022-260 Salvador - BA - Fone: (071) 243-4902 Fone/fax: (071) 322-3782

Secretária das Mulheres: **Vânia Galliciano** - A/c Grupo Dignidade, Caixa Postal 1095, 80001-970 - Curitiba-PR - Fone/Fax: (041) 222-3999

Secretária dos Travestis: **Adriana (Valdo Pereira)** - A/c TULIPA, Rua André Magini, 225, Vila João Ramalho, 09170-320 Santo André-SP - Fone: (011) 717-2424

Secretário de Saúde: **Luciano Bezerra Vieira** - A/C MEL, Caixa Postal 224, 58001-970 João Pessoa - PB - Fone: (083) 224-7326

Secretário de Finanças: **Augusto de Andrade** - A/c Arco Íris, Rua do Bispo, 316/805, 20261-062 Rio de Janeiro - RJ - Fone: (021) 254-6546

Secretário Internacional: **David Harrad** - A/c Grupo Dignidade, Caixa Postal 1095, 80001-970 Curitiba - PR Fone/fax: (041) 222-3999

Secretário da Região Sudeste: **Cláudio Nascimento Silva** - Av. N. Sra. Copacabana 1150/207, 22060-000 Rio de Janeiro- RJ - Fone: (021) 224-9844 Fax: 242-8623 (trab) Fone/fax: 227-9673 (resid)

Uma iniciativa: Secretaria da Região Sudeste e Secretaria de Finanças da ABGLT

Secretaria Região Sul: **Luiz Felipe** - A/c ASBRAGEL, Caixa Postal 5165, 80061-970 Curitiba PR - Fone/fax: (041) 222-3999 (041) 972-9584

Secretário da Região Nordeste: **Marcelo de Oliveira** - A/c Núcleo de Estudo da Homossexualidade da UFSE, Caixa Postal 24, 49001-970 Aracaju-SE Fone : (079) 224-2970 Fax: (079) 224-8646 A/C Dep. Ismael Silva

Secretário da Região Norte: **Adamor Guedes** - A/c Grupo Gay do Amazonas, Rua Thomas Edison, 115- Nova Esperança, 69037-000 Manaus - AM - Fone: (092) 234-9792

Secretário da Região Centro-Oeste: **Marcos Campos** - A/c Estruturação, SCRS 415, Bloco C, Apto. 216, 70380-535 Brasília - DF - Fone: (061) 346-9601

ABGLT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBIICAS E TRAVESTIS
CGC 00.442.235/0001-33

Maiores Informações:

PELA CIDADANIA PLENA DE GAYS, LESBICAS E TRAVESTIS !

Gostaria de obter mais informações sobre as filiações e como fazer:

nome

rua

bairro

cidade/UF

fone: ()

E-Mail:

Seu endereço pode ser divulgado? () Sim () Não.

Para obter maiores informações, a organização ou pessoa física, candidata a qualquer categoria de filiação, deverá enviar uma carta com os dados abaixo, para um dos endereços no verso.



A ABGLT foi criada em 31 de janeiro de 1995, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, por 31 grupos organizados brasileiros de gays, lésbicas e travestis e entidades que lutam pelos Direitos Humanos e Civis de todos aqueles que são discriminados por sua orientação sexual. A promoção da auto-estima e a construção da cidadania de gays, lésbicas e travestis, assim como, a luta contra a discriminação por orientação sexual, são passos na luta pelos Direitos Humanos e constituem-se num importante avanço para a construção de uma verdadeira democracia, assim, surge a ABGLT como mais uma alternativa de luta pela nossa cidadania e pretende ser um canal de expressão positiva das idéias e sentimentos que vem aflorando nos últimos anos na sociedade brasileira e no mundo.

Qual o nexó entre Homossexualidade e Direitos Humanos?

A situação da população gay, lésbica e travesti é pautada num processo de discriminação que vai desde o extermínio direto com requintes de crueldade, até a manifestação de intolerância no trabalho, na família, na religião, na escola, no atendimento médico, nos meios de comunicação e na população em geral. Esse processo é ratificado por preconceitos que ainda hoje mostram os homossexuais como doentes, desviados, pecadores e foras-da-lei. No Brasil são notificados muitos casos de assassinatos de homossexuais, a morte brutal do Vereador Renildo José dos Santos no ano de 93, em Coqueiro Seco - Alagoas e as agressões de policiais militares, que culminaram com a morte de Claudio Orlando dos Santos, presidente da Associação de Defesa dos Homossexuais-ADEH de Florianópolis, mostram a situação dos homossexuais de forma a ultrajar o mundo. Estes são apenas alguns motivos pelos quais defendemos que a situação de gays, lésbicas e travestis no Brasil, é uma questão de Direitos Humanos.

Nossos Primeiros Passos...!

Tendo em vista a crescente visibilidade da comunidade gay, lésbica e travesti, acreditamos ser esta a oportunidade que aguardávamos, para termos aprovada, uma antiga e histórica proposta do movimento homossexual brasileiro. Neste momento tramita na Câmara Federal a proposta de Emenda na Constituição Federal da Deputada Marta Suplicy - inclusão do termo orientação sexual nos artigos 3º e 7º, incisos IV e XXX respectivamente da Constituição

Federal - que institui a proibição de discriminação por orientação sexual. Além de uma importante conquista política, nos serviria, por exemplo, como um dispositivo legal contra a discriminação profissional, sob vários aspectos. Também, transita na Câmara Federal o projeto de lei da Deputada Marta Suplicy, que institui a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Este projeto visa garantir aos casais homossexuais os mesmos direitos estabelecidos por lei a um casal heterossexual, como o direito a previdência social, partilha de bens, herança, e outros benefícios. Apesar de estarmos concentrando esforços na aprovação das presentes emendas e contando com seu apoio para tal, entendemos que outras ações serão necessárias para reverter o atual quadro de discriminação.

Como colaborar com a ABGLT?

- 1- Associando-se a entidade;
- 2- Participando ou formando um grupo (cultural, conscientização, político, religioso, o que for possível) de gays e ou lésbicas e ou travestis;
- 3- Participando das campanhas da ABGLT;
- 4- Enviando críticas, idéias e sugestões, enfim o que lhe vier na cabeça!
- 5- "Se você puder se abrir para um amigo faça-o, se puder falar de si para sua família não deixe de fazê-lo. Se puder então berrar para o mundo, com certeza aí, você será mais feliz"

Como associar-se a ABGLT?

A Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, dispõe de dois tipos de filiação:

- a) Associado(a): é a associação, grupo ou entidade de gays, lésbicas e travestis, sediada no Brasil, sem fins lucrativos, que concorda com os objetivos da ABGLT;
- b) Colaborador(a): é qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada, brasileira ou não, que concorda com os objetivos da ABGLT.

Todos(as) os(as) filiados(as) da ABGLT receberão o boletim da entidade, assim como outras publicações e correspondências, e terão o direito de participar de suas reuniões e assembleias. Nos fóruns da ABGLT, contudo, os(as) filiados(as) "colaboradores(as)" terão apenas direito à voz, enquanto os(as) "as-sociados(as)" terão direito à voz e voto.





Para forçar a discussão de leis anti-discriminação, a ABGLT incentivou os grupos a procurarem as comissões de direitos humanos das câmaras municipais, assembleias legislativas, conselhos de direitos humanos e/ou parlamentares simpáticos a nossa causa.

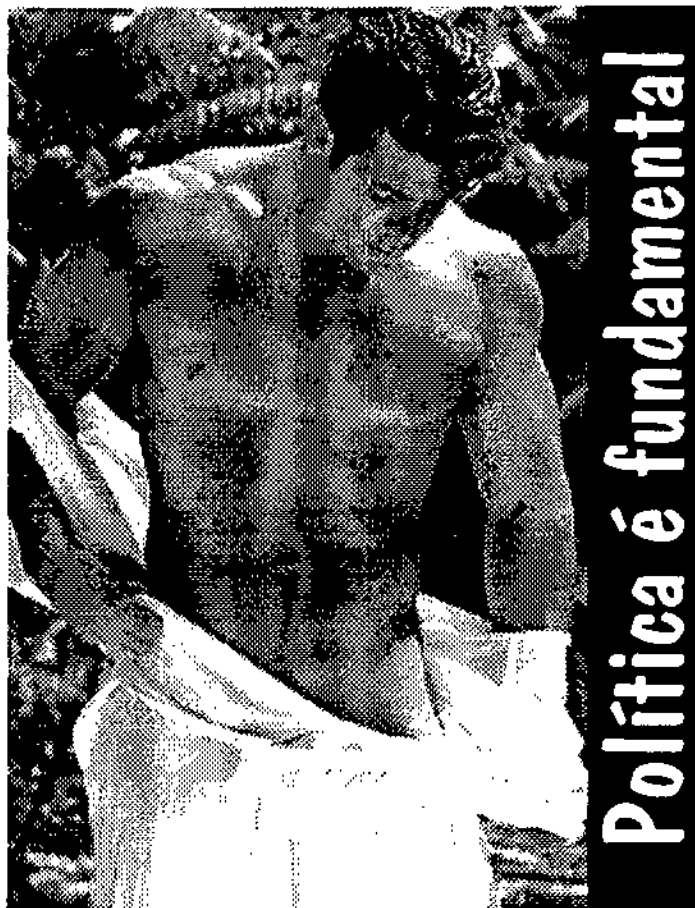
Com isso, pretendeu-se estimular a aprovação de leis municipais que proibam a discriminação por orientação sexual, estabelecendo sanções. Seguindo o exemplo de outras cidades, Salvador aprovou projeto que pune atos de discriminação.

No cenário geral, parece que não houve esforços para aprovação da emenda constitucional aos artigos 3o e 7o, incisos IV e XXX respectivamente, incluindo o termo orientação sexual em suas redações. Embora os grupos e ativistas estivessem chamando, o tempo todo, a atenção para o problema, Marta Suplicy priorizou a PCR. Talvez por causa da pressão da mídia.

Em São Paulo, a ABGLT acompanhou dois eventos importantes: a I Conferência Estadual de Direitos Humanos (em junho) e a I Conferência Municipal sobre Direitos Humanos (em dezembro), realizadas respectivamente pelas comissões de DH da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores. Embora os resultados não tenham sido muito concretos, esses eventos deram impulso a aprovação de leis a favor da livre orientação sexual.

A ABGLT participou da II Conferência Nacional de Direitos Humanos, levando propostas para o programa nacional de direitos humanos. Já no final de 97, o secretário José Gregori levantou a hipótese de se discutir um projeto de lei nacional que tipificasse como crime atos de discriminação.

No mesmo caminho, os grupos ligados à ABGLT denunciaram os atos de discriminação e perseguição a homossexuais e soropositivos/doentes de AIDS dentro das forças armadas, denunciaram a testagem compulsória em HIV/AIDS nas forças armadas, questionando jurídica e politicamente a constitucionalidade do Código Penal Militar.



Algumas pessoas fazem política de maneira instintiva. Infelizmente maioria dessas pessoas reproduz conceitos e condicionamentos da ordem dominante, não identificando as forças que realmente contribuem para solucionar conflitos que surgem nas relações interpessoais.

A luta pela cidadania de GLTs é a de toda pessoa oprimida e discriminada, ou seja, de uma grande parte da população. Interferindo coletivamente na realidade, contribuimos para o surgimento de uma nova maioria e sepultamos a selvageria do passado.

Contudo, não podemos nos iludir com soluções rápidas. As transformações definitivas só ocorrem paulatinamente e são conseqüências de rupturas, acordos, contratos entre as pessoas. E isso depende de muita paciência e determinação.

Neste caminho cometemos erros e acertos, ficamos confusos. Porém não devemos deixar de caminhar, interagindo para construir um mundo melhor.

Fazer política é indispensável. Estar em um partido ou numa organização política é necessário para todo aquele que deseja a concretização dos sonhos, pois é a partir deles que sonhamos coletivamente. E é através deles que planejamos a realização das coisas, exercitando nossa capacidade de criticar e ser criticado. Afinal, não temos somente sede e fome, queremos também o prazer e vida.

*J. Roberto Torres Miranda
Secretário-Geral Adjunto*

Na frente da batalha

385



Marta Suplicy tem razão ao dizer que o século XX foi o século da luta pelos direitos humanos das minorias e que, nessas últimas duas décadas, o GLTs formam o último front de batalhas. De fato, o ano de 97 foi um ano especial para os direitos humanos de homossexuais. Em fevereiro, a ABGLT começava o ano com pé direito, lançando um plano de ação para o biênio 97/98 centrado em três campanhas: PCR, leis anti-discriminação e forças armadas.

Parceria Civil Registrada

A ABGLT priorizou uma campanha de esclarecimento sobre o projeto, enviando cartas a todos os parlamentares, personalidades e outros. Por outro lado, incentivou a formação, nos Estados, de comitês regionais de mobilização. Vários Estados instalaram comitês e iniciaram uma campanha corpo a corpo para recolher assinaturas. O projeto de lei 1151/91 foi a plenário no dia 25 de junho e deixou toda a comunidade com os nervos à flor da pele. O data ficou conhecido como o "dia do apuro", porque a matéria foi colocada de última hora pelo presidente da Câmara e o gabinete da deputada não pôde avisar os grupos com tempo hábil.

Os evangélicos e católicos estavam articulados e chegaram a Brasília com 120 mil assinaturas e uma caravana de manifestantes. Os telefones dos gabinetes dos deputados ficaram congestionados com as ligações de pessoas do Brasil todo CONTRA O PROJETO. Do movimento, somente Luis Mott conseguiu mobilizar um grupo de pessoas que foi a Brasília. Jornais do Brasil inteiro ficaram de olho na votação e isso, de certa forma, até colaborou para a visibilidade das manifestações do Orgulho Gay que estavam acontecendo em todo o Brasil. No final da tarde, o projeto foi retirado de pauta. "O motivo foi a falta de tempo, mas acho que até foi bom. Nós perderíamos, se fosse votado naquele dia", explicou Marta Suplicy.

Os grupos acordaram o recolhimento de assinaturas a favor ganhou força. São Paulo sonhou alto e propôs um abaixo-assinado de um milhão de assinaturas. "Se os evangélicos e católicos podem recolher 120 mil contra, temos que mostrar que podemos conseguir

muito mais. afinal todo mundo viu no Fantástico do dia 29/06 que 55% são favoráveis", argumenta Elias Liliã, coordenador do Caehusp. Escolheu-se o slogan "um voto por um milhão de amigos" para indicar que as assinaturas estavam sendo dadas por todos aqueles que, independentemente de orientação sexual, apoiavam o projeto. Assim, realizaram-se campanhas de divulgação na imprensa, de propaganda nas casas de frequência homossexual e nas organizações populares simpatizantes, tais como associações, sindicatos, etc, e oficinas para formação de novos multiplicadores. Foram recolhidas até agora, segundo dados do comitê de São Paulo, cerca de 40 mil assinaturas e o movimento continua. Vários atores e personalidades públicas declararam-se publicamente a favor. Os grupos realizaram atos públicos, seminários, encontros e debates, envolvendo grandes nomes da inteligência brasileira.

A USP discute homossexualidade Durante o mês de setembro, a ABGLT apoiou a Conferência Sobre Direitos Humanos dos Homossexuais, organizado pelo CAEHUSP. Professores e especialistas como J. S. Trevisan, Luis Mott, Edward MacRae, Veriano Terto, Jorge Beloqui, Jurandir F. Costa, Ronaldo Pamplona, Celso Cury, Jeanne Marie Gagnebin, Joaquim B. Fontes, Glauco Matoso, Pastor Nehemias Marien, Jimmy Green, Marta Suplicy, Fernando Gabeira, entre outros. Discutiram os direitos dos homossexuais em pé de igualdade com a instituição acadêmica. O objetivo foi justamente realizar uma discussão profunda sobre a condição de gays, lésbicas e travestis neste final de século, e pensar alternativas mais criativas para o movimento homossexual e para a conquista de cidadania plena para todos. O resultado das conferências (50 fitas de vídeo) será posteriormente publicado.



Abaixo: Vange Leonel participa da parada do orgulho



3030

*"Se você não é livre para
ser você mesmo na questão
mais importante de todas
as atividades humanas
- a expressão do amor -
então a vida em si mesma
perde seu sentido."*

(Harvey Milk, 1º vereador
gay assumido eleito nos EUA,
assassinado em 1978).

GOSP

PROJETO

JUS|IÇA

LEGAL

FALE COM A GENTE:

Fone: (64) 623-4517 / 945-7136

NOSSA SEDE

Rua Costa Gomes n° 1510 - Centro
CEP: 75.901-050 - Rio Verde - Goiás

GOSP

FORUM GOIANO
DE LUTA CONTRA
AIDS e DST

UN
United Nations Centre
for Drug Control
and Crime Prevention

DST/AIDS

Ministério de Saúde
Secretaria de Políticas de Saúde
Coordenação Nacional de DST e AIDS



**MINISTÉRIO
DA SAÚDE**

O QUE É GOSPHIV+?

GOSPHIV+ - Grupo de Orientação ao Soro Positivo é uma organização não governamental, criada em 2000 e que luta pelos direitos humanos e trabalha pela orientação, prevenção e assistência ao portador do HIV.

O QUE É O “JUSTIÇA LEGAL”?

O “Justiça Legal” é um projeto do GOSP que oferece advogado gratuito para soropositivos, nas áreas cível e trabalhista. Caso você ou alguém da sua família sofra algum tipo de discriminação e sinta que seus direitos não foram respeitados por você ser portador do vírus HIV, o “Justiça Legal” ajuda você e seus familiares a lutarem pelos seus direitos.

O QUE OFERECEMOS

Nós oferecemos acompanhamento de processos, encaminhamento de denúncias e propomos ações judiciais.

POR QUE PROCURAR AJUDA?

É muito importante que nós saibamos quais são os nossos deveres, mas principalmente, quais são os nossos direitos. Não deixe que a desinformação faça de você uma vítima da discriminação.

O “Justiça Legal” oferece acompanhamento gratuito de um(a) advogado(a) que vai te

O “Justiça Legal” oferece acompanhamento gratuito de um(a) advogado(a) que vai te orientar quando você sentir que seus direitos foram violados.

Você pode se informar e lutar pelos seus direitos, garantindo que cada vez menos a discriminação tenha espaço para acontecer.

QUE TIPO DE AJUDA OFERECEMOS?

- Pensão Alimentícia
- Partilha de Bens (Herança)
- Falta de Medicamentos
- Demissão por motivos de preconceito
- Violência policial, familiar
- Indenização por calúnia, difamação e injúria
- Recebimento de benefícios previdenciários (auxílio doença, funeral, aposentadoria e benefício prestação continuada)
- Recebimento de PIS e FGTS

Não se cale. **DENUNCIE!**

ONDE PROCURAR:

Agendamento de consulta com advogado e denúncias pelo fone: (64) 623-4517 / 945-7136

NOSSA SEDE:

Rua Costa Gomes nº 1510 - Centro
CEP: 75.901-050 - Rio Verde - Goiás

10 VERDADES SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

- 1] **Ser homossexual não é crime.** Nenhuma lei no Brasil condena a prática da homossexualidade. Crime é discriminar os gays, lésbicas e travestis. É legal ser homossexual!
- 2] **Homossexualidade não é doença.** Todas as Ciências garantem: é normal ser homossexual. Querer "curar" o homossexual é ignorância. 397
- 3] **Homossexualidade não é pecado.** Os gays e lésbicas também se amam e foram criados por Deus. Jesus nunca condenou os homossexuais.
- 4] **A homossexualidade sempre existiu.** O amor homossexual é tão antigo quanto a própria humanidade - e nunca vai acabar.
- 5] **Todos os povos praticam o homoeroticismo.** Em muitas tribos indígenas e africanas os sacerdotes e as próprias divindades são homossexuais.
- 6] **A homossexualidade é natural.** Inúmeras espécies animais praticam a homossexualidade. Os gays não ameaçam a extinção da espécie humana.
- 7] **A causa da homossexualidade é um mistério.** Nada distingue o físico e a mente do gay dos demais cidadãos. Todos somos seres humanos.
- 8] **A Constituição Federal proíbe qualquer forma de discriminação.** O preconceito contra lésbicas, gays e travestis é um tipo de racismo. Denuncie a discriminação homofóbica.
- 9] **A Aids não é doença de gay.** A Aids se transmite através do sangue, esperma e secreção vaginal. Só pratique sexo sem risco: camisinha sempre!
- 10] **Homens e mulheres célebres que praticaram o homoeroticismo ou foram travestis:** Platão, Safo, Sto Agostinho, Leonardo da Vinci, Sta Joana Darc, Shakespeare, Miguel Ângelo, Mazaropi, Mário de Andrade, Santos Dumont, Imperatriz Leopoldina, Maria Quitéria, Gilberto Freyre, Martina Navratilova, Marina Lima, Elton John, Renato Russo, Angela Rorô, etc, etc..

TUDO O QUE FOI AQUI DIVULGADO É VERDADEIRO E SE BASEIA EM PESQUISAS E LIVROS CIENTÍFICOS. SE VOCÊ QUISER MAIS INFORMAÇÕES, ESCREVA PARA

GRUPO GAY DA BAHIA

Caixa Postal 2552 - 40022-260, Salvador, Ba.

Visite nossa Sede: Rua Frei Vicente, 24 - Pelourinho

Reuniões 4ª e 6ª feira, às 20hs. Camisinha Grátis.

Fone/Fax: (71) 322.2552 321.1848 WWW.GGB.ORG.BR

Divulgue este folheto e entre nesta luta. É legal ser homossexual!

Apoio: Ministério da Saúde, Unesco, Bird - Banco Mundial, Sesab, SMS

398

Apoio



*Associação Católica de
Trabalhadores Italianos*



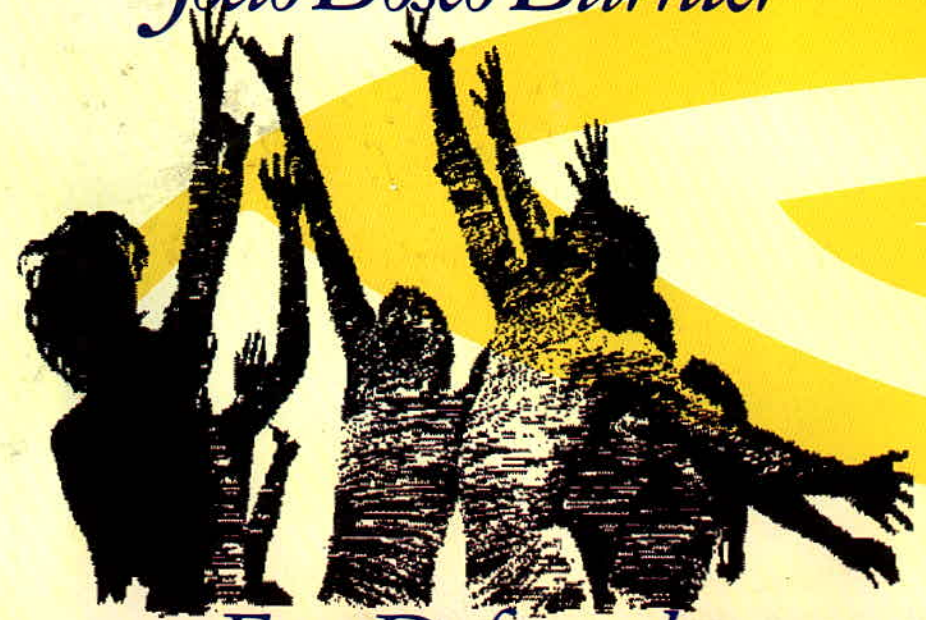
CDH JOÃO BOSCO BURNIER



R. Emanuel Pinheiro, 200 Cristo Rei
Várzea Grande MT cep 78188 230

Denúncias: tel. (65) 3026 6358 ou e-mail cdhjbb.vg@ig.com.br

Centro de Direitos Humanos João Bosco Burnier



Em Defesa da Dignidade Humana

EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA.

QUEM FOI JOÃO BOSCO BURNIER?

Este mineiro de Juiz de fora, nasceu em 11 de junho de 1917, filho de Maria Cândida e de Henrique Penido Burnier.

No dia 7 de abril de 1928, deixou seus 7 irmãos com os pais para ser seminarista. Entrou na Diocese do Rio de Janeiro, mas, decidiu ser Jesuíta quando estudava em Roma.

Em 1948, tornou-se secretário do Padre Geral para a Assistência da América Latina. Pediu para ser missionário no Japão. Por fim, foi enviado à Missão de Diamantino-MT. Serviu aos Beço-de-pau e Bakari. Na tarde de 11 de outubro de 1976, foi baleado por tomar defesa de duas mulheres presas, em Ribeirão Cascalheira-MT.

Faleceu no dia seguinte em Goiânia-GO. Mas sua morte não foi em vão, para muitos ele é um exemplo de vida nova e incentivo para uma prática de paz.

AFINAL O QUE É O CDHJBB?

O Centro de direitos Humanos João Bosco Burnier é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, constituindo-se entidade com personalidade jurídica de direito privado, autônoma, com prazo de duração indeterminado.

SE É PRA IR PRA LUTA EU VOLI.
SE É PRA ESTAR PRESENTE EU TÔ.
POIS NA VIDA DA GENTE
O QUE VALE É O AMOR. (Zé Vicente)

UM POUCO DE HISTÓRIA

398

No dia 12 de junho de 1999 na Paróquia do Cristo Rei, nasce a Comissão de DH de Várzea Grande-MT, reunindo-se posteriormente na sub-sede do SINTEP. Mas o objetivo era voar mais alto e assim em 10 de agosto de 2000 nos institucionalizamos Centro de Direitos Humanos João Bosco Burnier, que teve a inauguração de sua primeira sede em 27 de outubro de 2001.

NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA

Os Direitos Humanos de toda a Sociedade, destacando a prostituição infantil e a violência contra a mulher.

Com esse objetivo realizamos duas Audiências Públicas:

1. Direitos Humanos
2. Violência contra a Mulher

Desenvolvemos também um projeto nas Escolas com debates e momentos culturais.

NOSSOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover atividades de formação
- Denunciar e tornar público toda violação dos direitos humanos
- Orientar e encaminhar aos órgãos públicos competentes as questões jurídicas a nós solicitadas
- Apoiar as lutas ambientais
- E incentivar o surgimento de lideranças populares.

390

1998

Realização

Forum Goiano de Mulheres

Apoio

IDENTIDADE COMUNICAÇÃO

GRÁFICA KELPS

SINPRO/APUC

CUT/GO

Mulheres Goianas Rumo à

Conferência Mundial de

Combate ao Racismo e Todas

as Formas de Discriminação

399

-A violência da notícia de violência contra a mulher - Angelita Pereira de Lima (Oficina Mulher Grupo Feminista Autônomo)

-A violência e a repercussão na saúde mental da mulher - Wilza Vieira (Coordenadora do Instituto de Saúde de São Paulo)

-Preparação para a 4ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo - Hildêisa Medeiros (Coordenadora da Repem Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe)

DIA 30 DE MARÇO DE 2001
Das 8:00 às 17:00 h

Audatório da CDT/60
(Rua 70, nº 661 Centro / Fone: 224-0169)



400

OS DIREITOS DAS MULHERES NÃO SÃO FACULTATIVOS

BRASIL RATIFICOU O PROTOCOLO FACULTATIVO À CEDAW em 28-06-2002

A partir de **28 de Setembro de 2002**, com a vigência do Protocolo Facultativo à CEDAW em nosso país, as mulheres brasileiras passam a contar com mecanismos de denúncia e de investigação internacional para casos de violação a seus direitos humanos consagrados na Convenção, quando o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo.

OS DIREITOS DAS MULHERES NÃO SÃO FACULTATIVOS

Campanha Mundial para a Ratificação e Uso do Protocolo Facultativo à CEDAW
Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

BRASIL RATIFICOU O PROTOCOLO FACULTATIVO À CEDAW em 28-06-2002

A partir de **28 de Setembro de 2002**, com a vigência do Protocolo Facultativo à CEDAW em nosso país, as mulheres brasileiras passam a contar com mecanismos de denúncia e de investigação internacional para casos de violação a seus direitos humanos consagrados na Convenção, quando o sistema nacional se mostrar falho ou omissivo.

A AGENDE cumprimenta a todas e todas que contribuíram decisivamente para esta conquista - marco histórico da luta do movimento feminista e de mulheres na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos no nosso país.

Queremos compartilhar e celebrar esta conquista, reconhecendo o papel das mulheres brasileiras na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. É a elas que a AGENDE dedica esta vitória, a todas e a cada uma das mulheres brasileiras, sujeitos de direito e destinatárias legítimas deste instrumento de defesa dos seus direitos humanos... mulheres brasileiras de todas as cores, raças, etnias, idades... mulheres de diferentes orientações sexuais... mulheres de níveis sócio-econômicos tão desiguais, de zonas urbanas e rurais, de todas as crenças políticas, ideológicas, religiosas, ou de nenhuma crença... de mulheres analfabetas às com o mais alto nível de instrução, mulheres em cargos de decisão, mulheres que ainda não se apropriaram ou não se deram conta do seu poder de decisão, mulheres desempregadas, políticas, mulheres de qualquer ofício, ocupação ou profissão, mulheres que sofrem violência, mulheres companheiras, mulheres sozinhas por opção que não vivem em solidão, mulheres grávidas, mulheres filhas, mulheres mães, e tão mulheres também as que por opção jamais serão mães... mulheres que lutam pelo fim da discriminação e da violência de gênero. Mulheres brasileiras, lutadoras na sua mais bela e infinita diversidade, que constroem e compõem esse país de maneira tão própria, única e autêntica. Mulheres que transformam o mundo !!!

A vitória é de todas e todos nós !!! A vitória é da democracia brasileira na construção por uma cultura de paz, inclusão social e direitos humanos. A vitória é, sobretudo, das mulheres brasileiras !!!

O Protocolo é facultativo, mas os Direitos das Mulheres Não!!!



AGENDE Ações
em Gênero
Cidadania e
Desenvolvimento

tel (61) 273-3551
fax (61) 273-5801
agende@agende.org.br
www.agende.org.br
SCLN 315 bloco B, sala 101
CEP 70.774-520 - Brasília DF

**AGENDE - Ponto focal
no Brasil da Campanha
Mundial para a Ratificação e Uso
do Protocolo Facultativo à CEDAW**



Feliz

informada

bonita

responsable



404



Y en tu día
queremos
que sepas...

...tus derechos

El derecho a tomar decisiones sobre tu sexualidad y reproducción, de acuerdo con los dictados de tu conciencia, sin miedo a perder la fe o a quedar fuera de tu Iglesia.

401

● Derechos Sexuales

El derecho a la felicidad, a los sueños, a las fantasías; a la democracia en las relaciones entre las personas; al placer y a disfrutar el erotismo, a la libertad y a la autonomía en el ejercicio de la sexualidad.

El derecho a tener control sobre tu sexualidad y a decidir libremente sobre ella sin coerción, discriminación, intimidaciones ni violencia, dentro o fuera de tu casa.

El derecho a disfrutar de una vida sexual satisfactoria y sin riesgos, que no incluye como obligatoria la procreación, porque en esencia, la sexualidad se desarrolla en la comunicación, en la convivencia y en el amor entre las personas.

● Derechos Reproductivos

El derecho básico de decidir, libre y responsablemente, si tener o no hijos y el número y espaciamiento de ellos.

El derecho a contar con educación y servicios de salud para tomar decisiones informadas sobre tu reproducción, sin coerción, discriminación ni violencia y disponiendo de los medios para hacerlas realidad.

El derecho a interrumpir un embarazo si no deseas, si has sido violada, si afecta tu salud o se han comprobado malformaciones genéticas, o si tienes problemas económicos.

IPÉ ROSA - GLSTB
Av. Goiás - Viela da Rua 3 Qd. 05
L.L. 54 nº 36 (Beco do INSS)
St. Central

74.010-010 - GOIÂNIA - GO

Diseño original:

FUNDACIÓN
PARA ESTUDIO
E INVESTIGACIÓN
DE LA MUJER



E-mail: feim@feim.wamani.apc.org
Buenos Aires, Argentina.

Católicas
por
el
derecho
a
decidir

Apdo. Postal 21-264,
Coyoacán, 04021, México, D.F.

Mama



te queremos



sana

HOMOSSEXUAL TAMBÉM É SER HUMANO!

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

Os homossexuais - gays, lésbicas e travestis - representam aproximadamente 10% de nossa população, o que vale dizer, mais de 15 milhões de brasileiros. Segundo avaliação do Plano Nacional de Direitos Humanos, os homossexuais estão entre as minorias sociais mais vulneráveis dentro da sociedade brasileira, atingindo um índice de 80% de rejeição entre os formadores de opinião de acordo pesquisas do Data-Folha e Agência Estado.

A discriminação e violência contra os homossexuais cientificamente chamada de *homofobia*, atinge patamares tão preocupantes, que recentemente o próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos arrolou o Brasil entre os países onde os homossexuais são mais vitimados em todo o mundo, sendo cada vez mais frequentes a concessão de asilo político a gays e lésbicas brasileiros que comprovadamente sofreram grave violência em nosso país devido à sua condição homossexual.

De acordo com o último dossier do *Grupo Gay da Bahia*, intitulado *Violação dos Direitos Humanos e Assassinato de Homossexuais no Brasil*, somente em 1999 foram registrados no país 160 casos graves de violação dos direitos humanos e o assassinato de 130 homossexuais vítimas da homofobia. Menos de 10% dos assassinos de gays são efetivamente presos e julgados. A cada três dias um homossexual é barbaramente trucidado no país, fazendo do Brasil o campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis.

A discriminação contra os homossexuais começa dentro de casa, quando os próprios pais e familiares insultam, agredem e expulsam seus filhos quando assumem a homossexualidade. Nas escolas, no local de trabalho, nas igrejas, no exército, na mídia, em toda parte, gays, lésbicas e travestis são insultados, agredidos, discriminados. Eis alguns exemplos do alto grau de homofobia manifestado por diferentes autoridades e instituições do país recentemente:

- Na Universidade de Santa Cruz (RS) foram distribuídos panfletos e adesivos com a seguinte palavra de ordem: *"Mate um homossexual!"*
- Num dos programas de maior audiência popular, na TV Record (da Igreja Universal) a apresentadora Ana Maria Braga divulgou a seguinte piadinha: *"Você sabe qual é a maior tristeza de um pai caçador? Ter um filho viado e não poder matar!"*

- 402
- O Gerente de um supermercado de Porto Alegre declarou a um gay quando protestou ao ser discriminado: *"Puto tem mais é que apanhar mesmo!"*
 - O Bispo de Erechim (SC) D. Girônimo Anandrea declarou: *"Os homossexuais nunca constituiram uma família. E nem vão constitui-la no futuro. O bem comum da sociedade requer a desaprovação do seu modo de agir."*
 - O Pastor Túlio Ferreira, da Assembléia de Deus, SP, disse: *"O homossexualismo é uma anormalidade, uma profanação do nome de Deus, pois a homossexualidade é uma maldição de Deus e por isto, todos os homossexuais serão conduzidos pelo diabo à perdição eterna."*
 - Dom Eusébio Oscar Sheid, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis declarou: *"O homossexualismo é uma tragédia. Gay é gente pela metade. Se é que são gente!"*
 - O beneditino D. Estêvão Bittencourt, do mosteiro do RJ, disse: *"O homossexualismo é contra a lei de Deus e contra a natureza humana. Mãe lésbica deveria perder o direito de educar o seu filho. A justiça não deve dar a guarda da criança a uma mãe lésbica."*
 - Carecas de Santo André, SP, distribuíram panfletos com a palavra de ordem: *"Destrua os homossexuais!"*
 - Espumando de ódio, num programa de TV, o Deputado paulista Afanazio Jazadi declarou: *"Todo homossexual deveria ser morto!"*
 - Policiais do 16º Batalhão da PM de Salvador proclamaram: *"a ordem é metralhar os travestis"*

Perguntamos nós: se apenas uma destas penas de morte e instigação à violência anti-homossexual tivesse sido proferida contra os negros, judeus, ou contra outra categoria social, qual teria sido a reação popular e governamental? Prisão inafiançável, demissão dos cargos públicos, retratação oficial, etc. Como os agredidos são os "viados", em vez de indignação, o povo ri destas barbaridades. A injustiça, falta de solidariedade e discriminação oficial e popular contra os homossexuais é revoltante e ilegal, pois a Constituição Federal garante que "todos são iguais perante a Lei", embora de fato, como disse o arcebispo de Florianópolis, *"os homossexuais são gente pela metade se é que são gente!"*

Se a discriminação contra gays e lésbicas é uma mal endêmico de nossa sociedade tão marcada pelo machismo, a violência contra as travestis atinge as raias do genocídio.

Somente em 1999 foram realizadas nas ruas de Salvador um total de 382 prisões e agressões contra estes profissionais do sexo, detenções capitaneadas por Policiais Militares sob ordens diretas da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Apesar destas detenções terem sido reconhecidas como ilegais pelo próprio titular da 1ª Delegacia de Salvador, este arbítrio continua sendo praticado, sem que os responsáveis sejam levados a julgamento por violação da Constituição Federal.

Assim sendo, com vistas a estancar e erradicar índices tão altos de violência contra os homossexuais no Brasil, faz-se necessário que o poder público tome medidas urgentes a curto, médio e longo prazo, tais quais já foram repetidamente apresentadas nas Conferências Nacionais de Direitos Humanos organizadas pelo Ministério da Justiça, a saber:

I. Ações Governamentais a curto prazo

- Adotar mecanismos de coleta e divulgação de informações sobre a situação sócio-demográfica dos homossexuais e o problema da violência anti-homossexual;
- Proteger os homossexuais contra agressões e divulgação de idéias discriminatórias, seja pela imprensa, Internet, igrejas ou quaisquer outros meios de divulgação e informação;
- Proceder a emenda da Constituição Federal alterando os Artigos 3 e 7 para a incluir a proibição da discriminação por *orientação sexual*;
- Garantir aos homossexuais a plena capacidade jurídica de assumir cargos em órgãos públicos, civis, militares e no setor privado;
- Implementar um programa nacional de prevenção à violência contra os gays, lésbicas e travestis, obrigando-se que nas estatísticas policiais haja sempre referência específica aos crimes perpetrados em razão da orientação sexual das vítimas;
- Propor a criação de uma Fundação ou Secretaria de Governo dirigida aos homossexuais, do mesmo modo como existem para as mulheres, negros e índios;
- Apoiar a regulamentação da Parceria Civil Registrada entre pessoas do mesmo sexo, projeto em tramitação no Congresso através do projeto de lei n. 1151/95;
- Incentivar programas de orientação familiar e escolar com o objetivo de capacitar as famílias e professores no sentido de conferir às crianças e jovens homossexuais, o respeito a sua livre orientação sexual, prevenindo

atitudes hostis e violentas inclusive o uso abusivo de terapias corretivas;

- Incluir em todos os censos demográficos e pesquisas oficiais do governo, quesitos relativos à orientação sexual dos brasileiros;
- Incluir em todos documentos oficiais e Programas de Direitos Humanos, a defesa da livre *orientação sexual* e da cidadania dos homossexuais, ao lado das demais minorias discriminadas;
- Apoiar a produção e publicação de documentos científicos que contribuam para a divulgação de informações corretas e anti-discriminatórias contra os gays, lésbicas e travestis;
- Estimular que os livros didáticos enfatizem que muitos personagens históricos e celebridades foram praticantes da homossexualidade, eliminando os estereótipos negativos contra esta minoria sexual.

II. Ações Governamentais a médio e longo prazo

- Capacitar profissionais de educação para promoverem em todos os níveis escolares e nos meios de comunicação, a consciência ética da tolerância das diferenças individuais, através da destruição do estereótipo depreciativo dos homossexuais;
- Promover o reconhecimento, apoio e defesa do homossexual dentro dos diversos grupos sociais;
- Promover campanhas contra a discriminação (homofobia) e incentivo do reconhecimento das diferenças individuais nos meios de comunicação de alcance nacional;
- Promover campanha junto aos profissionais da saúde e do direito para o esclarecimento relativo aos conceitos científicos e éticos ligados à homossexualidade;
- Incentivar ações que contribuam para a preservação da memória e fomento à produção cultural e ao resgate da história da comunidade homossexual no Brasil;
- Formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade homossexual, e que respaldem os direitos e garantias conseguidos pelas demais minorias sociais;
- Apoiar a criação de varas, promotorias e delegacias especializadas em crimes envolvendo os homossexuais como vítimas da homofobia.

Conclusão

402

Depende de nós, da pressão de gays, lésbicas, travestis e transexuais e do apoio da numerosa tribo dos "simpatizantes" que defendem os direitos humanos dos homossexuais - fazer com que o século XXI represente a conquista definitiva e universal de nossa utopia: o direito de amar e a cidadania plena para os homossexuais.

Vislumbramos três soluções imediatas para erradicar a homofobia em nosso país:

1) *Educação sexual em todos os graus escolares, ensinando aos jovens que o homossexual deve ser respeitado como ser humano e a livre orientação sexual um direito inalienável de cidadania;*

2) *Leis que punam exemplarmente os que discriminam, violentam e assassinam gays, travestis e lésbicas, equiparando e punindo a discriminação sexual e a homofobia ao racismo;*

3) *Campanhas de conscientização junto aos homossexuais para que gritem e reajam quando ameaçados ou agredidos, para que registrem queixa quando vítimas de qualquer preconceito e discriminação; para que saiam da gaveta e se assumam com orgulho e dignidade, mostrando à sociedade heterossexista que "gay tem mais é que viver", pois cidadania é direito de todos, e que somos da mesma estirpe de Alexandre Magno, Miguel Ângelo, Santos Dumont, Imperatriz Leopoldina, Tchaikovsky, Oscar Wilde, Pasolini, Elton Jonh, Cazuza, Renato Russo, Mazzaropi e tantos luminares da humanidade praticantes do "amor que não ousava dizer o nome".*



20 ANOS DE LUTA

GRUPO GAY DA BAHIA

Secretaria de Direitos Humanos da Associação
Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

Rua Frei Vicente, 24 - Pelourinho

Fone/Fax: (71) 322.2552 - 321.1848

Caixa Postal 2552, 40022-260, Salvador, Bahia, Brasil

Apoio: Kimeta Society, MS-CN-DST/Aids - UNESCO
Rede Nacional de Direitos Humanos em HIV/Aids



HOMOSSEXUAL TAMBÉM É SER HUMANO!

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

Apoio



*Associação Católica de
Trabalhadores Italianos*



403

CDH JOÃO BOSCO BURNIER



R. Emanuel Pinheiro, 200 - Cristo Rei
Várzea Grande MT cep 78188 230

Denúncias: tel. (65) 3026 6358 ou e-mail cdhjbb.vg@ig.com.br

*Centro de Direitos Humanos
João Bosco Burnier*



*Em Defesa da
Dignidade Humana*

EM DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA.

QUEM FOI JOÃO BOSCO BURNIER?

Este mineiro de Juiz de fora, nasceu em 11 de junho de 1917, filho de Maria Cândida e de Henrique Penido Burnier.

No dia 7 de abril de 1928, deixou seus 7 irmãos com os pais para ser seminarista. Entrou na Diocese do Rio de Janeiro, mas, decidiu ser Jesuíta quando estudava em Roma.

Em 1948, tornou-se secretário do Padre Geral para a Assistência da América Latina. Pediu para ser missionário no Japão. Por fim, foi enviado à Missão de Diamantino-MT. Serviu aos Beijo-de-pau e Bakari. Na tarde de 11 de outubro de 1976, foi baleado por tomar defesa de duas mulheres presas, em Ribeirão Cascalheira-MT.

Faleceu no dia seguinte em Goiânia-GO. Mas sua morte não foi em vão, para muitos ele é um exemplo de vida nova e incentivo para uma prática de paz.

AFINAL O QUE É O CDHJBB?

O Centro de direitos Humanos João Bosco Burnier é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos, constituindo-se entidade com personalidade jurídica de direito privado, autônoma, com prazo de duração indeterminado.

SE É PRA IR PRA LUTA EU VOU,
SE É PRA ESTAR PRESENTE EU TÔ,
POIS NA VIDA DA GENTE
O QUE VALE É O AMOR. (Zé Vicente)

UM POUCO DE HISTÓRIA

No dia 12 de junho de 1999 na Paróquia do Cristo Rei, nasce a Comissão de DH de Várzea Grande-MT, reunindo-se posteriormente na sub-sede do SINTEP. Mas o objetivo era voar mais alto e assim em 10 de agosto de 2000 nos institucionalizamos Centro de Direitos Humanos João Bosco Burnier, que teve a inauguração de sua primeira sede em 27 de outubro de 2001.

NOSSAS BANDEIRAS DE LUTA

Os Direitos Humanos de toda a Sociedade, destacando a prostituição infantil e a violência contra a mulher.

Com esse objetivo realizamos duas Audiências Públicas:

1. Direitos Humanos
2. Violência contra a Mulher

Desenvolvemos também um projeto nas Escolas com debates e momentos culturais.

NOSSOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover atividades de formação
- Denunciar e tornar público toda violação dos direitos humanos
- Orientar e encaminhar aos órgãos públicos competentes as questões jurídicas a nós solicitadas
- Apoiar as lutas ambientais
- E incentivar o surgimento de lideranças populares.

Texto: Pedro Sumaya



XÔ, COIÓ!

Esta cartilha foi produzida pelo
Grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual,
que reúne-se todas às 6ª feiras às 20:30 hs,
na Rua Senador Corrêa nº 48,
Laranjeiras (Praça São Salvador) - Rio de Janeiro.

Apoio:

SINDSPREV

DE FOTOLITO
GRAUS



Coió é uma gíria gay que significa: todo tipo de violência física, moral e psicológica, discriminação, achaques ou extorsão, assaltos e "Boa-noite Cinderela" por parte de civis e policiais, sofridos pela comunidade gay-lésbica do Rio.

Os casos de violência têm acontecido aqui, e não são poucos. Nós somos centenas de milhares de cidadãos, trabalhamos e pagamos impostos. Somos consumidores e um segmento importante desta sociedade, temos nossos direitos e vamos fazer valer a nossa força.

Nossos Direitos

- 1º Homossexualidade não é crime. Segundo nossa Constituição Federal (Art. 5º) somos todos iguais, sendo assim qualquer tipo de discriminação é crime. Na lei orgânica do município do Rio de Janeiro, consta um artigo (Art. 5º, P. 1º) que proíbe a discriminação por orientação sexual.
- 2º Temos direito à livre expressão de afeto em público.
- 3º Temos o direito de ir e vir livremente (art. 5, inciso XV da Constituição Federal).
- 4º Qualquer reação ainda que, usando a força para se defender de agressão física por parte de outros, é considerada pelo código penal, legítima defesa (art. 25 do Código Penal Brasileiro).

Precauções

- 1º O medo não resolve nada. Não vamos viver acuados andando pelos cantos ou deixar de frequentar os lugares de que gostamos. Vamos tentar andar em grupo, em lugares iluminados.
- 2º A prudência é importante. Se você está sozinho ou com poucas pessoas num local deserto e avistar um grupo suspeito, imediatamente mude seu percurso ainda que tenha que voltar atrás no seu caminho.
- 3º Não reaja a qualquer tipo de provocação. Nossa atitude é pacífica e dentro da lei.
- 4º A cooperação, solidariedade e união são as nossas melhores armas. Se você avistar um dos nossos sofrendo qualquer tipo de ataque ou agressão reaja, chame os outros, dê o alarme, vá em seu socorro, ligue para a polícia. Isso é fundamental pois os agressores acham que os homossexuais são fracos, covardes, medrosos, desunidos.

O que fazer em caso de violência física

- 1º Ficar calado ou se esconder não ajuda em nada. Pelo contrário, grupos de fascistas, delinquentes e bandidos contam exatamente com isso: que fiquemos com medo, não denunciemos para que continuem na impunidade.
- 2º Se a agressão causar ferimentos leves, entrar em contato imediato com um dos advogados do Arco-Íris. Caso não seja possível, ir até a Delegacia de Polícia mais próxima e fazer o Boletim de Ocorrência, narrando, detalhadamente, todos os fatos ocorridos, todos os ferimentos sofridos e requerer uma guia para o Exame de Corpo de Delito.
- 3º De posse da guia para o Exame de Corpo de Delito, ir, imediatamente, ao Instituto Médico Legal para o referido exame.
- 4º Se a agressão causar ferimentos mais sérios, procurar, imediatamente, um Pronto Socorro, para que possa ser atendimento, e solicitar contato com o Arco-Íris para que possa destacar um advogado para tomar as providências legais e jurídicas.
- 5º Em quaisquer dos casos, entrar em contato, o mais breve possível, com o Arco-Íris, pois um dos advogados irá acompanhar todo o procedimento, inclusive, se for o caso, a instauração de Inquérito Policial.
- 6º O grupo Arco-Íris é auxiliado por vários advogados que se colocam gratuitamente à disposição para qualquer ação legal. Possuímos também uma comissão para:
 - Acompanhar as pessoas às delegacias, dar apoio moral e encaminhá-las aos advogados.
 - Catalogar os casos e enviar um dossiê à comissão de Direitos Humanos, entidades gays internacionais e imprensa.
 - Se aconteceu algo a você, recentemente ou já há algum tempo e, apesar de na época não ter tomado providências, mas agora deseja fazê-lo, comunique-se conosco.

Telefones úteis

Polícia: 190

Instituto Médico Legal: Tel: 232-6964 / 252-5945 (Av. Mem de Sá, 152 - Lapa - Rio)

Comissão XÔ, COIÓ! do Grupo Arco-Íris

- **Acir** - Central 546-1636 / código 5313421
- **Cláudio** - 293-5322
- **Pedro** - 557-5901

Certeza de luta contra a discriminação e a homofobia

Beto de Jesus



409

Educador, técnico e dirigente de programas sociais do terceiro setor; Militante homossexual, fundador e o mais conhecido Presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo.

“Somente viveremos uma democracia de fato, quando as diferenças forem respeitadas, sejam elas de orientação sexual, de etnia, social, cultural... E percebendo que o tecido social que permeia essa sociedade é composto por uma gama de desejos, vontade e direitos.”

Tiãozinho



“Tiãozinho é Vereador pelo PT em Campinas desde 1997.

Além de ter participado de quase todas as manifestações contra a homofobia na Cidade, foi o autor dos Projetos que se transformaram na Lei Municipal Antidiscriminatória (a 1ª feita no Estado), a que institui o 28 de junho como Dia Municipal do Orgulho Homossexual, e a que cria o Serviço S.O.S. Discriminação (um disque denúncia contra qualquer forma de discriminação). Tem sido um aliado permanente na luta pela cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais”.

PT *Carteira de Luta*
Tiãozinho
ESTADUAL
13580

PT **Beto de Jesus**
LUTANDO PELA DIVERSIDADE
Deputado Federal **1324**

“A construção de uma sociedade que não discrimine as pessoas por sua orientação sexual, nem por qualquer outra motivação, passa por uma transformação mais ampla de nosso País, bem como de nosso Estado. Precisamos de governos que implementem políticas públicas que resgatem milhões de mulheres e homens que hoje são relegados à miséria e ao abandono, pois não haverá uma efetiva democracia no Brasil enquanto houver qualquer tipo de exclusão social. Por essas e outras razões, temos neste ano a grande oportunidade de mudar nosso País, elegendo Lula Presidente da República, juntamente com José Genoíno Governador de São Paulo, e Aloísio Mercadante Senador da República”.

Lula
Presidente

Genoíno **Mercadante**
Governador **Senador**

GAYS, LÉSBIAS, TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS:

405

CHEGOU A HORA DE
FAZER A DIFERENÇA



PT *Carteira de Luta*
Tiãozinho
ESTADUAL
13580

PT **Beto de Jesus**
LUTANDO PELA DIVERSIDADE
Deputado Federal **1324**

ATAC



Visual
arte

GRAB

Grupo de Resistencia Artística



Janaína Dutra, originária de Canindé, cidade banhada por um rio caudaloso, cidade de fé, cresce, se transforma e ganha o mundo, com garra, coragem e determinada a lutar por justiça social, pelos direitos humanos, a liberdade e a felicidade.

Janaína, como um bom velho comunista, era feita de ferro e de flor. Dura nas suas convicções, no seu ativismo e em sua trajetória política, leve como as flores com sua diversidade de cores e cheiros, seus poemas cultuados e sua maneira doce de ser e viver.

Janaína é patrimônio dos Direitos Humanos no Brasil !!!

Janaína, feita de ferro e de flor!

O movimento homossexual, e de luta contra a Aids, te celebra, te agradece teu legado e reafirma que teus sonhos, tuas vontades e teus anseios continuarão a ser realizados.

Nosso amor por você definitivamente não termina aqui....

**Viva Janaína Dutra, porta-voz da
ESPERANÇA, da BELEZA e da VIDA.**



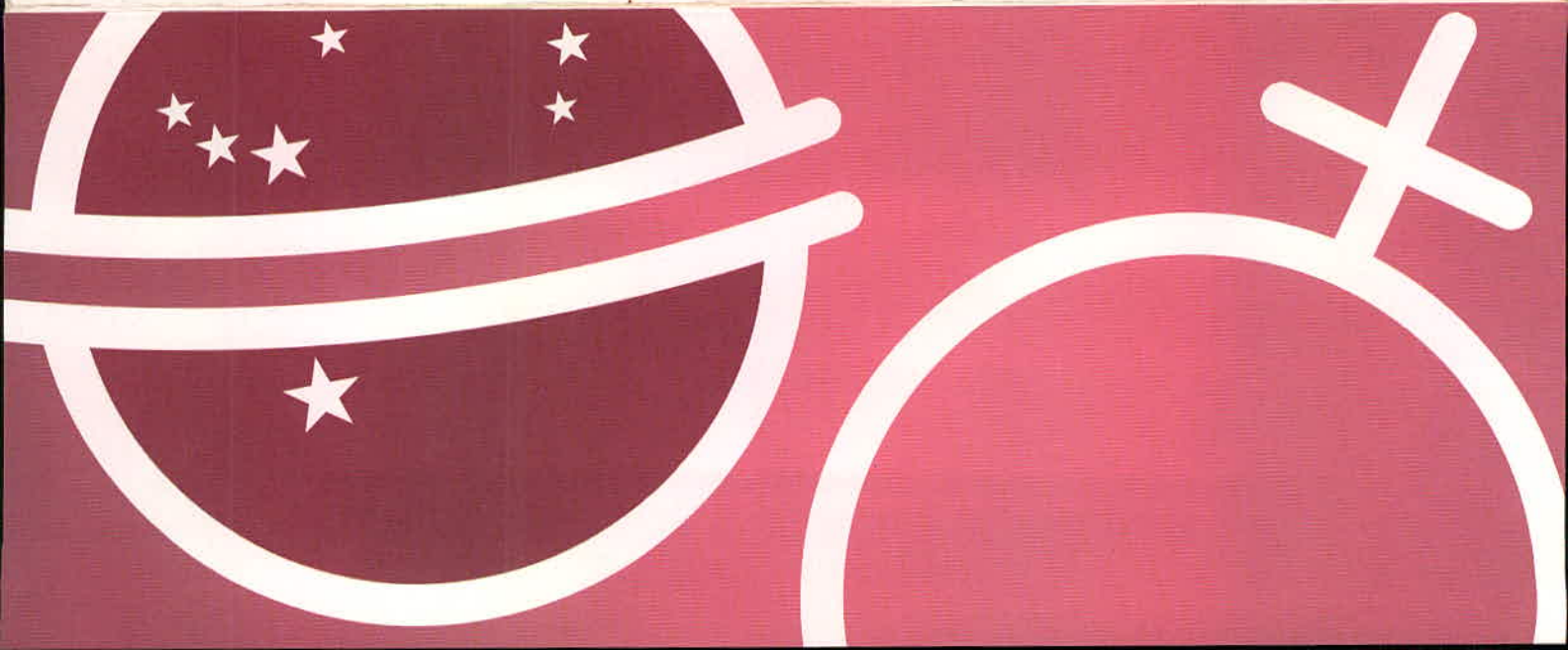
**DIA INTERNACIONAL DE LUTA PELA ELIMINAÇÃO DA
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
FAZ DIFERENÇA ACABAR COM A INDIFERENÇA**

207

Secretaria Especial
de Políticas para as Mulheres



E-mail: ouvidoria@spmulheres.gov.br
Telefones: (61) 2104 9390/2104 9391
Endereço: Esplanada dos Ministérios
bloco L • 2º andar • sala 204
Brasília • DF



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é o retrato de uma triste realidade que invade lares e corrói as relações entre mulheres e homens. Acontece com todos, independentemente da idade, sexo, raça, etnia, classe social, religião, grau de instrução e orientação sexual.

Conviver com a violência doméstica é se submeter diariamente à desilusão, à humilhação, à vergonha, ao constrangimento, ao medo, à dor e ao risco.

Você acha que merece passar por isso?

Ninguém merece.

O primeiro passo para terminar com a violência é romper com o silêncio.

Não esconda nem silencie essa dor.

407

VOCÊ PODE FAZER A DIFERENÇA

Você tem com quem contar.

Rede de Atendimento:

Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) – é o primeiro passo para você buscar proteção. Elas têm o papel de apurar e tipificar o crime.

Centro de Referência – é o local onde você, se estiver em situação de violência, vai receber atendimento e acompanhamento jurídico, psicológico e social. Vai encontrar também a orientação adequada para fortalecer sua auto-estima, conhecer os seus direitos e fazer uso deles.

Rede Pública de Saúde – é outro local que você pode procurar, caso esteja em situação de violência ou risco. Os profissionais da rede pública de saúde estão orientados para acolher e dar atendimento às mulheres.

Defensorias Públicas – oferecem a você assistência e atendimento jurídico. São responsáveis pela defesa das mulheres.

Casas Abrigo – são espaços seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral, caso você esteja em situação de risco de vida por causa da violência doméstica.

Instituto Médico Legal – tem um papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente às vítimas de abuso sexual. Sua função é decisiva na coleta das provas necessárias ao processo judicial e condenação ao agressor.

Polícia Militar e Corpo de Bombeiros – são outra possibilidade de ajuda, se você estiver em situação de violência. São estes órgãos que, muitas vezes, prestam o primeiro socorro às mulheres.

Conselhos de Mulheres – podem encaminhar você para o atendimento adequado. Além disso, monitoram e fiscalizam a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à mulher em situação de violência.

Movimentos Sociais – acompanham e fiscalizam o atendimento prestado a você e mobilizam toda a sociedade para o combate à violência contra a mulher.

Ouvidorias – o atendimento nas ouvidorias é feito por pessoas capacitadas para entender o seu problema sem julgamentos. Elas podem orientá-la a respeito da legislação, dos seus direitos e das atitudes que você deve tomar, caso esteja em situação de violência ou risco, ou sofrendo algum tipo de discriminação.

FAZ DIFERENÇA ACABAR COM A INDIFERENÇA

Tipos de Violência

Violência Doméstica – quando o agressor quebra utensílios, rasga sua roupa, chuta os móveis, bate as portas, destrói ou esconde documentos pessoais, profissionais ou mesmo fotos suas.

Violência Física e Emocional – quando o agressor bate em você, deixando marcas, hematomas, cortes, arranhões, manchas e até fraturas; impede você de sair de casa ou de ir ao trabalho.

Violência Sexual – quando força relações sexuais se você não quer ou não pode, obriga você a praticar atos sexuais que não lhe agradam, critica seu desempenho sexual e pratica sexo com sadismo.

Violência Psicológica – quando insinua que você tem amantes; ofende a você ou a sua família com frequência, desrespeita o seu trabalho e critica sua atuação como mãe; fala mal de seu corpo.

Violência Social – é aquela que acontece fora do ambiente doméstico, no trabalho ou em qualquer outro espaço coletivo, quando submetem você ao constrangimento e a agressões morais.

- **Profissional** – salário diferenciado para o mesmo cargo, exigência de boa aparência, assédio sexual.
- **Racial** – discriminação em função da etnia ou raça.
- **Ideológica** – discriminação em função de posicionamento político ou religioso.

PROJETO

US **JUSTIÇA**

LEGAL

POLÍCIA CIDADÃ

Projeto:

Nova Abordagem Policial aos Profissionais do Sexo.

Objetivo:

Criação de um programa de instrução visando atualizar e capacitar policiais civis e militares para melhor gerenciamento de ocorrências envolvendo profissionais do sexo, possibilitando a garantia dos direitos humanos e da cidadania.

Justificativa:

Esse projeto surgiu da necessidade de enfrentamento da questão da abordagem e da comunicação por parte dos policiais direcionada aos profissionais do sexo.

POLÍCIA CIVIL

A comunicação adequada, o tratamento igualitário, o conhecimento dos limites legais permitem a observância dos direitos humanos, a garantia de ações éticas e a defesa da cidadania.

Deste modo, estrutura-se, também a idéia de colocar em prática a política de valorização do servidor público, buscando-se uma polícia atualizada e capacitada.

Estruturação do Projeto:

O projeto estrutura-se através de cursos voltados aos policiais, com corpo docente reconhecidamente capacitados, com execução na Academia da Polícia Civil.

POLÍCIA CIDADÃ

Conteúdos Abordados:

Ética e Cidadania:

Apanhado histórico da formação dos direitos humanos. Aplicações e discussões.

Contextualização da AIDS:

Aspectos preventivos, modos de adesão, redução de danos, normas de biosegurança.

Comunicação e Abordagem:

Aspectos criminológicos e profissionais – Lei 096/99 e sua relação com profissionais do sexo. Escala de proporcionalidade na ação policial.

Sexualidade:

Revisão de conceitos e preconceitos; forma e orientação sexual.

Colaboração, Organização e Execução:

O planejamento do projeto foi realizado pela 3ª DP em conjunto com a SJS e as ONGs ligadas a questões que envolvam os profissionais do sexo.

A organização e execução foram efetivadas pela 3ª DP e Acadepol, com a supervisão técnica da SJS.

3ª Delegacia de Polícia A DELEGACIA DE SEU BAIRRO

Av. Cristóvão Colombo, nº 1299

Bairro Floresta - POA.

Fone: 3222.52.25

Fone/Fax: 3222.51.95

TELEFONES ÚTEIS

- 409
- **NUANCES** - Grupo pela Livre Orientação Sexual
Fone: 3286.33.25
 - **IGUALDADE** - Associação dos Travestis e Transexuais
Fone: 3225.74.53
 - **REDE DE COMPROMISSO COM A VIDA**
Fone: 3341.63.33
 - **GAPA** - Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS
Fone: 3221.63.63
 - **THEMIS** - Assessoria Jurídica e Estudos do Gênero
Fone: 3212.01.04
 - **NEP** - Núcleo de Estudos da Prostituição
Fone: 3221.45.08
 - **COORDENADORIA DOS DIR. HUMANOS DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE**
Fone: 3224.82.72
 - **COMISSÃO DE CIDADANIA E DIR. HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
Fone: 3210.20.95



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL

3ª DELEGACIA DE POLÍCIA

NOVA ABORDAGEM POLICIAL AOS PROFISSIONAIS DO SEXO

IPÊ ROSA - GLSTB

Av. Goiás-Viela da Rua 3 Qd. 05
Lt. 54 nº 35 (Seco do INSS)
St. Central

74.010-010 - 3222-51-95 - GO

Porto Alegre, agosto de 2001.

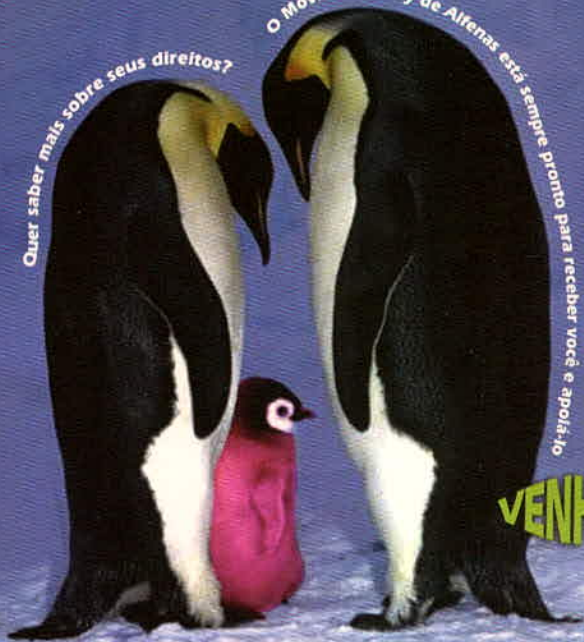
ser é diferente

normal

Você conhece
o MGA?

Quer saber mais sobre seus direitos?

O Movimento Gay de Alfenas está sempre pronto para receber você e apoiá-lo



VENHA!

A Constituição garante: todos são iguais perante a lei, sem preconceito de qualquer natureza. Em Minas Gerais e Alfenas, temos leis que proíbem a discriminação e estabelecem punições aos estabelecimentos comerciais e funcionários que discriminem homossexuais.

Lei Estadual 14.170/2000/Lei Municipal 3.277/2001

410

Faça
seus
valer
direitos!

Muito se conquistou nos últimos anos e muito mais temos que conquistar. Não aceite a discriminação sob forma alguma.

É tempo de tratar a realidade com um pouco mais de sinceridade: gostar de pessoas do mesmo sexo é mais uma das possibilidades da sexualidade humana.

Participe de nossos encontros sobre sexualidade, cidadania e sexo mais seguro.

O MGA é a possibilidade de você ser você mesmo, pensar diferente e, ainda assim, caminharmos juntos.

Assistência gratuita:
Social
Psicológica
Jurídica

Fazemos distribuição gratuita de preservativos.

CONHECENDO SEUS DIREITOS



RUA DO SODRÉ, 45, 2 DE JULHO, CENTRO, SALVADOR/BAHIA
C.POSTAL 6.430 - CEP : 40.060-970
FONE : (071) 243.49.02/ FAX : (071) 322.25.52

DIREITOS HUMANOS DAS LÉSBICAS

Direitos Humanos são os direitos essenciais que fazem parte da própria natureza humana (saúde, educação, habitação, trabalho, etc.), tem caráter universal, ou seja, iguais para todos os povos do planeta. Não podemos tolerar sem nenhuma revolta ou interferência atos como : Discriminações por razão de sexo, raça, credo religioso e principalmente em nosso caso, **ORIENTAÇÃO/OPÇÃO SEXUAL**.

Todas as Declarações, Convenções e textos de Direitos Humanos, ao se referirem ao Ser-Humano tem como modelo o homem, principalmente ocidental, classe média, branco e heterossexual.

Pretensamente universais, estas Declarações não refletem as experiências e dificuldades das mulheres lésbicas nas suas vidas cotidiana, ignorando a defesa e a promoção de nossos direitos.

No Brasil não existe nenhuma Lei que condene ou criminalize a lesbianidade. A Constituição Federal proíbe qualquer discriminação baseada no sexo, e em 73 Leis Orgânicas Municipais, e em 3 Constituições Estaduais há expressa proibição de discriminar por "**ORIENTAÇÃO/OPÇÃO SEXUAL**". Portanto, o crime não é ser lésbicas, mas discriminar. Existem projetos de Lei no Congresso Nacional para incluir na Constituição Federal a defesa da **LIVRE ORIENTAÇÃO/OPÇÃO SEXUAL** e a **LEGALIZAÇÃO DO CONTRATO DE UNIÃO CIVIL** entre pessoas de mesmo sexo.

Mentalidades, porém, não se mudam por decretos, e infelizmente, ainda vigora na sociedade muito preconceito as lésbicas (**LESBOFOBIA**). Cada vez mais a sociedade e os poderes públicos consideram que **SER LÉSBICA** é um **DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL** e que a discriminação deve ser punida com o mesmo rigor do crime de racismo.

NUNCA ESQUEÇA QUE OS SEUS DIREITOS SÓ SERÃO RESPEITADOS QUANDO VOCÊ, QUE FAZ PARTE DESTA MINORIA, LUTAR PELOS SEUS DIREITOS.

Afinal nós pagamos impostos, geramos empregos, trabalhamos, temos a mesma capacidade intelectual e emocional dos ditos "normais" (heterossexuais), além de tudo isto, nenhuma ciência comprovou que ser lésbica é um "desvio de caráter" ou uma "doença" passível de cura.

Após ler este panfleto, venha conhecer o GLB, a única Instituição da Bahia que luta pelos Direitos Humanos e Cíveis das Lésbicas.

Lembre-se, você nunca estará sozinha !!!

BIBLIOGRAFIA :

CFÊMEA - GUIA DOS DIREITOS DA MULHER /1998

GGB - SEJAMOS COMPREENSIVOS COM NOSSOS FILHOS HOMOSSEXUAIS/1998

ADAPTAÇÃO DOS TEXTOS : ZORA YONARAJANE PANTEL

TIRAGEM : 2.000 - ANO 1998

APOIO : GLOBAL FOUND FOR WOMEN

Os Direitos Sexuais são Direitos Humanos

A Assessoria de Políticas Públicas para Livre Orientação Sexual integra a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A Assessoria, desde 1997, vem pautando, tanto nos espaços internos do governo, bem como com a sociedade civil, a especificidade dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

O reconhecimento do prazer sexual como um direito inerente às pessoas; o respeito pelas orientações sexuais e a livre expressão da sexualidade; a ênfase na igualdade de responsabilidades entre homens e mulheres; o acesso e liberdade na escolha e uso de métodos contraceptivos; a prevenção contra as DSTs e aids; a proteção e garantia dos direitos dos soropositivos e doentes de aids; o apoio aos(as) trabalhadores(as) do sexo, assim como outros direitos sexuais e reprodutivos são Direitos Humanos e estamos comprometidos com eles.

Realizamos projetos e ações que promovem a auto-estima e cidadania desta comunidade, assim como apoiamos iniciativas da sociedade civil e promovemos políticas públicas que coíbem toda a forma de homofobia, discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

É proibido discriminar lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros em Porto Alegre

Artigo 150 Lei Orgânica Municipal

Sofrerão penalidades de multa, até cassação do Alvará de instalação e funcionamento, os estabelecimentos que praticarem ato de discriminação racial, de gênero, por orientação sexual, étnica ou religiosa, em razão de nascimento, idade, estado civil, de trabalho urbano ou rural, de filosofia ou convicção política, de deficiência física, imunológica, sensorial ou mental, de cumprimento de pena, cor ou razão de qualquer peculiaridade ou condição.

412

Se você for vítima, denuncie: Fone 156

Assessoria de Políticas Públicas
para Livre Orientação Sexual

alosex@gp.prefpoa.com.br
www.portoalegre.rs.gov.br



Prefeitura de Porto Alegre
ADMINISTRAÇÃO POPULAR
CDHC - Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania
Assessoria de Políticas Públicas
para Livre Orientação Sexual

Assessoria de Políticas Públicas para Livre Orientação Sexual

Entre os programas que desenvolvemos, destacamos:



Combate a violência contra homossexuais

Nossas ações visam minimizar o preconceito, as discriminações e erradicar as violações de toda ordem, e, principalmente, prestar atendimento aos(as) homossexuais vítimas das violências.

Também realizamos campanhas educativas, oficinas de sensibilização com as comunidades e órgãos públicos, assim como promovemos reuniões e mesas de negociação em empresas onde há discriminação por orientação sexual e coordenamos comissões de gerenciamento em áreas da cidade onde há conflitos relacionados ao exercício da prostituição, assim como buscamos punir os infratores, através da aplicação do artigo 150 da Lei Orgânica Municipal.

Programa de geração de renda

Travestis, transexuais, gays e lésbicas vêm-se, muitas vezes, excluídos do mundo do trabalho ou ficam sujeitos ao mercado informal, profissões pouco valorizadas ou ao mercado do corpo.

412

Para mudar esta realidade, buscamos articular entre os movimentos sociais organizados e os programas já existentes na Prefeitura, projetos de geração de emprego e renda que visam a inclusão destas pessoas no mercado formal e a formação de cooperativas de trabalho, visando a erradicação da pobreza entre estas populações e o direito ao pleno emprego.

Programa de memória, identidade e cidadania

Nossas definições de sexo, sexualidade, identidade de gênero e identidade sexual tais como lésbica, gay, bissexual, transgênero e heterossexual são fundamentalmente sociais, histórico-culturais e, algumas vezes, até construções políticas e, por isso, são suscetíveis a mudanças.

Na procura por estas nossas definições da sexualidade encontramos diversos obstáculos: a falsa consciência, a alienação, a internalização de relações de opressão, normatização e normalização da cultura sexista e formas emocionais de repressão. Procuramos, portanto, provocar a cidadania e promover as mudanças necessárias para alcançarmos uma sociedade não sexista, mais justa, mais igualitária e eqüitativa, através de, seminários, conferências, mostras de cinema e vídeo e outras manifestações culturais. Estas atividades são realizadas em parceria com outras instituições e ONGs ou, simplesmente, através do apoio às iniciativas da sociedade civil.



11 Inscrição válida para os dois lugares

Período: 15 a 30 de abril de 2010.

Taxa de Inscrição: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

Não haverá devolução desta taxa.

Conta bancária (modalidade única):

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Instituto Antônio Montesino

Agência: 1340

Operação: 003

Conta Corrente: 00000209-3

Documentação exigida:

◆ Cópia autenticada do Diploma de curso superior

◆ Curriculum Vitae

◆ Cópia simples de RG e CPF

◆ Opção explícita da escolha do lugar: Porto Nacional, TO ou Uberaba, MG.

◆ Cópia do recibo de depósito do valor da Inscrição.

Local: Secretariado Dominicano de Justiça e Paz do Brasil

Av. Goiás 174, Edifício São Judas Tadeu, sala 601 - Centro.

74010-010 - Goiânia-GO

12 Processo de seleção para ambas as Turmas

Divulgação do resultado: 05 de maio de 2010

Critério: Análise de Curriculum Vitae

13 Matrícula

Período: 15 a 25 de maio de 2010

Taxa: R\$ 160,66 (via boleto bancário - modalidade única).

Obs.: Veja conta bancária no item 11 acima.

14 Demais investimentos

14 parcelas mensais de R\$ 160,66 cada com vencimento no dia 5 de cada mês, a partir de julho de 2010. (via boleto bancário - modalidade única).

15 Frequência e titulação conferida:

Ao cursista que obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina e nota mínima de 7,0 também em cada disciplina será conferido certificado de Pós-Graduação/ Especialista em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

16 Aluno(a) ouvinte:

Durante a realização do curso será aceito aluno(a) ouvinte por disciplina que receberá uma Declaração fornecida pelo Instituto Dominicano de Justiça e Paz do Brasil "Frei Antônio Montesino". Taxa por disciplina: R\$ 60,00

17 Entidade Promotora do curso:

Instituto Dominicano de Justiça e Paz do Brasil "Frei Antônio Montesino"

Órgão da Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil

Presidente: Frei José Fernandes Alves

Vice-Presidente: Maria Veroni Martins

Secretário: Frei Bruno de Miranda

Tesoureira: Irmã Maria Madalena dos Santos

18 Coordenadora do curso:

Esp. Vilma Ribeiro de Almeida

19 Apoiadoras(es)

- ◆ Irmãs Dominicanas da Congregação de Monteils, Província Madre Anastasie
- ◆ Irmãs Dominicanas da Congregação de Monteils, Província Nossa Senhora do Rosário
- ◆ Frades Dominicanos do Brasil, Província Frei Bartolomeu de Las Casas
- ◆ Família Dominicana de Porto Nacional e de Uberaba
- ◆ Movimento Estadual de Direitos Humanos do Tocantins

20 Informações Gerais:

Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil

Av. Goiás 174, Edifício São Judas Tadeu, sala 601 - Centro

74010-010 - Goiânia - GO

Telefone: 62 3229 3014 Fax: 62 3225 9491

E-mail: justpaz@dominicanos.org.br

Skype: juspazopgyn



Instituto Dominicano de Justiça e Paz do Brasil
"Frei Antônio Montesino"
Av. Goiás, 174, Edifício São Judas Tadeu, sala 601 - Centro
74010-010 - Goiânia - GO
Telefone: (62) 3229-3014 Fax: (62) 3225-9491
E-mail: justpaz@dominicanos.org.br
Skype: juspazopgyn

PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO



DIREITOS HUMANOS

PORTO NACIONAL-TO / UBERABA-MG

2010/2011



1 Apresentação

O Instituto Dominicano de Justiça e Paz do Brasil Frei Antônio Montesino é uma Entidade da Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, que é composta por religiosas, frades, leigas e leigos, que atuam em 19 Estados do Brasil e tem como missão servir a esta Família, às Igrejas, a Movimentos Sociais e à sociedade em geral. O seu trabalho é guiado pela construção da Paz como fruto da Justiça na perspectiva dos Direitos Humanos, em particular dos Direitos Sociais.

O Instituto Antônio Montesino promove este Curso em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de Goiás que, por sua vez, é a responsável pela chancela do mesmo. Com a promoção destas duas possíveis novas Turmas, as duas Instituições pretendem prestar um serviço de melhor qualificação em âmbito nacional, especialmente na área dos Direitos Humanos.

2 Principais objetivos

- Oferecer referenciais teóricos para a leitura crítica da efetivação dos Direitos Humanos nos níveis local, regional, nacional e internacional.
- Possibilitar a compreensão dos fenômenos e as dinâmicas que envolvem a construção da Justiça e da Paz, na perspectiva dos Direitos Humanos.
- Superar a leitura geracional e fragmentária dos Direitos Humanos.
- Qualificar a prática dos(as) militantes – agentes e educadores – da área de Direitos Humanos.
- Possibilitar um maior conhecimento e participação nos espaços e mecanismos nacionais e internacionais de Direitos Humanos.
- Oportunizar o fortalecimento de redes de operadores(as) do Direito na perspectiva dos Movimentos Sociais.
- Aprofundar o compromisso da construção da Justiça e Paz como espiritualidade.
- Contribuir com uma Cultura de Paz no Brasil, compreendendo-a como fruto da Justiça.
- Habilitar o(a) cursista para o exercício pedagógico da formação em Direitos Humanos nos diversos espaços públicos e comunitários.

3 Justificativas

A Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, ao longo de seus 21 anos de existência, tem diagnosticado uma demanda muito significativa dela mesma e também por parte da sociedade civil em geral, no que se refere à formação e capacitação de militantes dos Movimentos Sociais, especialmente na perspectiva dos Direitos Humanos.

Respostas a estas demandas é parte integrante do Evangelho, da missão dominicana e, conseqüentemente, componente essencial da missão estatutária do Instituto Antônio Montesino que, por sua vez, ao promover Cursos desta natureza, sente-se fortalecido pelo III PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos – e pelo PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Além destas motivações, deve-se levar em conta a crescente complexidade da conjuntura contemporânea, marcada pelas revoluções tecnológicas e políticas, pela crise de valores, pelo

agravamento da desigualdade social, pela degradação ambiental, pelas reiteradas violações dos Direitos dos mais pobres, pela expansão de linhas teológicas e eclesiais que retomam concepções tradicionalistas e resignadas, quando não fatalistas e parasitas.

Essas e outras questões que envolvem a Ética, a Política, a Filosofia, a Teologia, a Economia, o Direito, o Meio Ambiente e todas as demais Ciências, ao mesmo tempo em que exigem cada vez mais a capacidade de diálogo transdisciplinar, representam e provocam mudanças na forma de construir o Direito dos Pobres e, conseqüentemente, a Justiça, que é condição para a Paz.

Neste processo faz-se necessário aprimorar a qualificação de agentes e lideranças do Instituto Antônio Montesino e demais sujeitos sociais, sobretudo dos Movimentos Sociais, tanto no sentido de possibilitar uma apropriação teórica desse processo, quanto de vivência dos valores evangélicos na dimensão da opção pelos pobres, recentemente foi fortalecida pelo documento de Aparecida.

O Instituto Antônio Montesino, em convênio com a PUC – GO, pretende que essa promoção seja um dos importantes marcos da Família Dominicana no que se refere às celebrações e comemorações dos 500 anos da chegada da Primeira Comunidade Dominicana na América – 1510 – e do Primeiro Grito Profético dessa mesma Comunidade, grande referência do Direito Internacional – 1511.

Por isso, este processo de formação-ação deve estar pautado pela reflexão que entenda a Justiça e Paz como *espiritualidade*, dentro da tradição cristã e dominicana; que ressalte e atualize a *opção pelos pobres* como eixo da missão dominicana; e que ofereça espaço para realização de uma *leitura da realidade*, a partir do estudo da conjuntura local, regional, nacional e internacional e dos principais temas da atualidade.

4 Disciplinas

- Metodologia do Ensino Superior
- Direitos Políticos no contexto dos Direitos Humanos
- Metodologia do Trabalho Científico
- Direitos Humanos, Educação e Solidariedade I
- Hermenêutica e os Direitos Humanos
- Direitos Humanos e seus Fundamentos Filosóficos
- Bioética e Cidadania
- Direitos Humanos, Ecologia e Biomas Brasileiros
- Teologia da Libertação: eixos e desafios
- Direitos Humanos e Ética
- Direitos Humanos e Movimentos Sociais no Campo
- Direitos Humanos, Educação e Solidariedade II
- Mecanismos de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Educação para a Paz na Perspectiva dos Direitos Humanos
- Direito à Memória e à Verdade: efetivação dos Direitos Humanos
- Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

5 Corpo Docente

- Prof^a. Ms. Rita de Cássia Oliveira (Goiânia-GO)
- Prof. Esp. Frei Paulo Sérgio Cantanheide (Goiás-GO)
- Prof. Ms. Sebastião Donizete (Goiânia-GO)
- Prof. Dr. Jelson Roberto Oliveira (Curitiba-PR)
- Prof^a. Dr^a. Solange M. O. Magalhães (Goiânia-GO)
- Prof. Dr. Cláudio Vianney Malzoni (Recife-PE)
- Prof. Dr. Frei Marcos Sassatelli (Goiânia-GO)
- Prof. Ms. Lorenzo Lago (Goiânia-GO)
- Prof^a. Ms. Irmã Rejane de Paiva (Araxá-MG)
- Prof. Ms. Paulo Souza Neto (Goiânia-GO)
- Prof^a. Ms. Sônia M. Alves da Costa (Palmas-TO)
- Prof^a. Dr^a. Rosa Maria Viana (Goiânia-GO)
- Prof. Esp. Sávio Barbalho (Gurupi-TO)
- Prof. Ms. Wilton Borges dos Santos (Curitiba-PR)
- Prof^a. Esp. Maria Leci de Bessa Matos (Gurupi-TO)
- Prof. Ms. Flávio Alves Barbosa (Goiânia-GO)
- Prof. Esp. José Fernandes Alves (Goiânia-GO)

6 Vagas

Só haverá abertura de Turma em Porto Nacional, TO ou em Uberaba, MG se tiver, no mínimo, 35 pessoas matriculadas para cada um destes dois lugares.

7 Locais do curso

- Colégio Sagrado Coração de Jesus
Rua Joaquim Pereira, 656 – Centro, Porto Nacional-TO.
- Colégio Nossa Senhora das Dores
Rua Madre Maria José, 75 – Abadia, Uberaba-MG.

8 Horário

de 2^a a 6^a feira - das 07h30min às 11h50min, das 14:00h às 18h20min.

9 Duração do curso

- Em Porto Nacional, TO: 05/07/2010 a 04/11/2011.
 - Em Uberaba, MG: 19/07/2010 a 11/11/2011.
- Obs.: Este Curso, com carga horária de 400 horas, terá 34% de suas aulas na modalidade à distância.

10 Etapas do curso e apresentação do TCC

- Em Porto Nacional, TO:
1^a etapa: 05 a 16 de julho de 2010.
2^a etapa: 10 a 21 de janeiro de 2011.
3^a etapa: 04 a 15 de julho de 2011.
Obs.: Todos cursistas deverão participar da socialização dos TCCs nos dias 29 e 30 de outubro de 2011
- Em Uberaba, MG:
1^a etapa: 19 a 30 de julho de 2010.
2^a etapa: 10 a 21 de janeiro de 2011.
3^a etapa: 18 a 29 de julho de 2011.
Obs.: Todos cursistas deverão participar da socialização dos TCCs nos dias 05 e 06 de novembro de 2011

CONTATOS:

UBM CURITIBA/PR:

Graciela: (41) 3026-1504 / (41) 9946-7893

Elza: (41) 3324-6007

E-mails: ubmparana@yahoo.com.br
gracielasandurra@terra.com.br

UBM VITÓRIA/ES:

Luciana: (27)3242-3447/ (27)3251-4918

E-MAIL: ubmcapixaba@gmail.com

UBM GOIANIA/GO:

Tel.: (62) 224-8828

E-MAIL: cpmubm@yahoo.com.br

www.centropopulardamulher.blogspot.com

UBM SALVADOR:

Tel.: (71) 3329-2333

E-mail: ubmbahia@yahoo.com.br

UBM MANAUS/AM:

Tel.: (96)3877-9787

E-mail: ubm.amazonas@gmail.com

UBM RECIFE/PE:

Tel.: (81) 3221-5519

E-mail: ubmpernambuco@yahoo.com.br

PROJETO:

E-mail: ubmprojetospm@uol.com.br

REALIZAÇÃO:



UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

Rua Barão de Itapetininga, nº 255 – 9º andar
sala 908 Centro – CEP: 010042-001

São Paulo/SP

Fone/Fax: (11) 3105-8216

ubm@uol.com.br

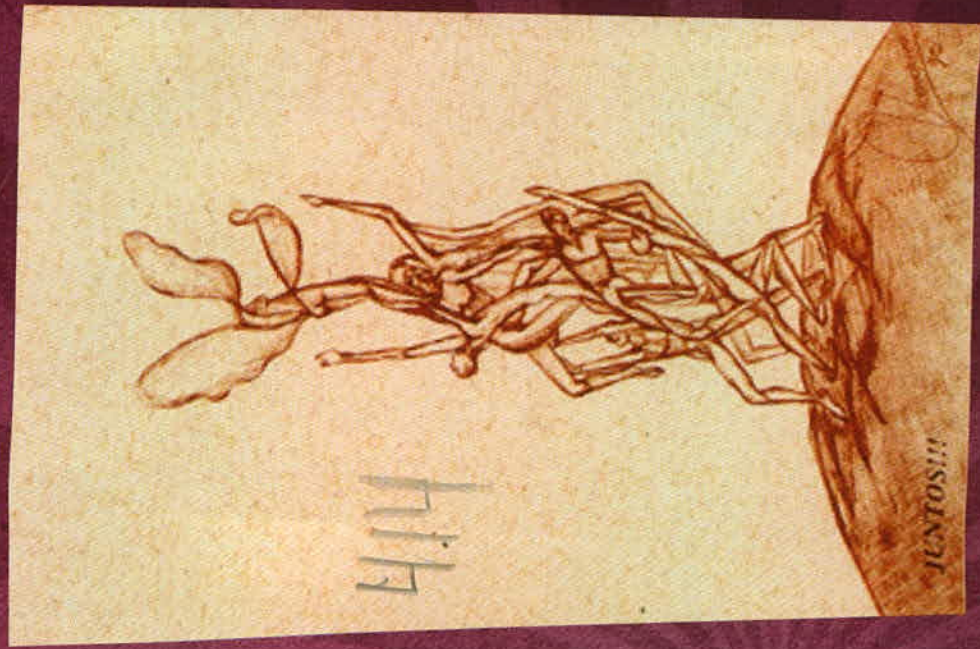
www.ubmulheres.org.br

APOIO:



Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres

“MULHER: MAIS
POLÍTICA, MAIS
PODER”



“Por um mundo de igualdades,
contra toda opressão”

is Carolinne Lemo.
Cel.: 8557-3423



Fone/Fax: 62.3224-8828
centropopulardamulher.blogspot.com / cpmubm@yahoo.com.br

414

te
as

e a participação nos diferentes espaços sociais, incluindo e destacando para o debate/reivindicações as questões específicas das mulheres e as relações de gênero na sociedade, dimensionando sua importância para luta pela soberania nacional, pelos direitos sociais, por um Brasil cidadão e de igualdade social e de gênero, livre de toda opressão, exploração e pela paz”.

O que Queremos:

O fortalecimento político das mulheres dos mais diversos segmentos da sociedade, para atuarem nos espaços de poder, capacitando, qualificando e estimulando as mulheres através capacitação política para mulheres jovens, negras, sindicalistas, GLBTT, religiosas e todas as que ousarem ir além... e participar da vida política do país.

MAIS POLÍTICA, MAIS PODER

Curso de Formação Política

O curso será referenciado prioritariamente em cinco dos dez grandes eixos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

- 1) Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
- 2) Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica;
- 3) Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 4) Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- 5) Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão.

**VERIFIQUE NA SUA CIDADE QUAL
A DATA DO CURSO!!!!**

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone Res.: _____

Telefone Cel.: _____

Telefone Com.: _____

E-Mail: _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

RG: _____

O que você gostaria de ser quando crescer?



Eu gostaria de ser uma lésbica!

NÃO ACEITE SER DISCRIMINADA

A Lei nº 10.948 de 5 de novembro de 2001 dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Fui discriminada: O que é ⁴¹⁵ que eu faço?

Caminhos para se denunciar a prática de discriminação quando ela acontecer:

- ✓ veja se existem pessoas presenciando o fato e se alguma delas se dispõe a ser sua testemunha;
- ✓ anote o nome completo e o telefone;
- ✓ faça, por escrito, uma descrição detalhada do fato ou do ato discriminatório;
- ✓ identifique-se colocando todos os seus dados pessoais.
- ✓ encaminhe a denúncia à Secretaria de Justiça de Defesa da Cidadania.

29 de agosto – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica

Apoio:



Astraea LESBIAN FOUNDATION FOR JUSTICE

Coletivo de Feministas Lésbicas

E-mail: cfibrasil@uol.com.br

Um outro mundo é possível.

Otro mundo es posible.

FORUM

SOCIAL

MUNDIAL

FORUM

Un autre monde est possible.

416

Another world is possible.

31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002

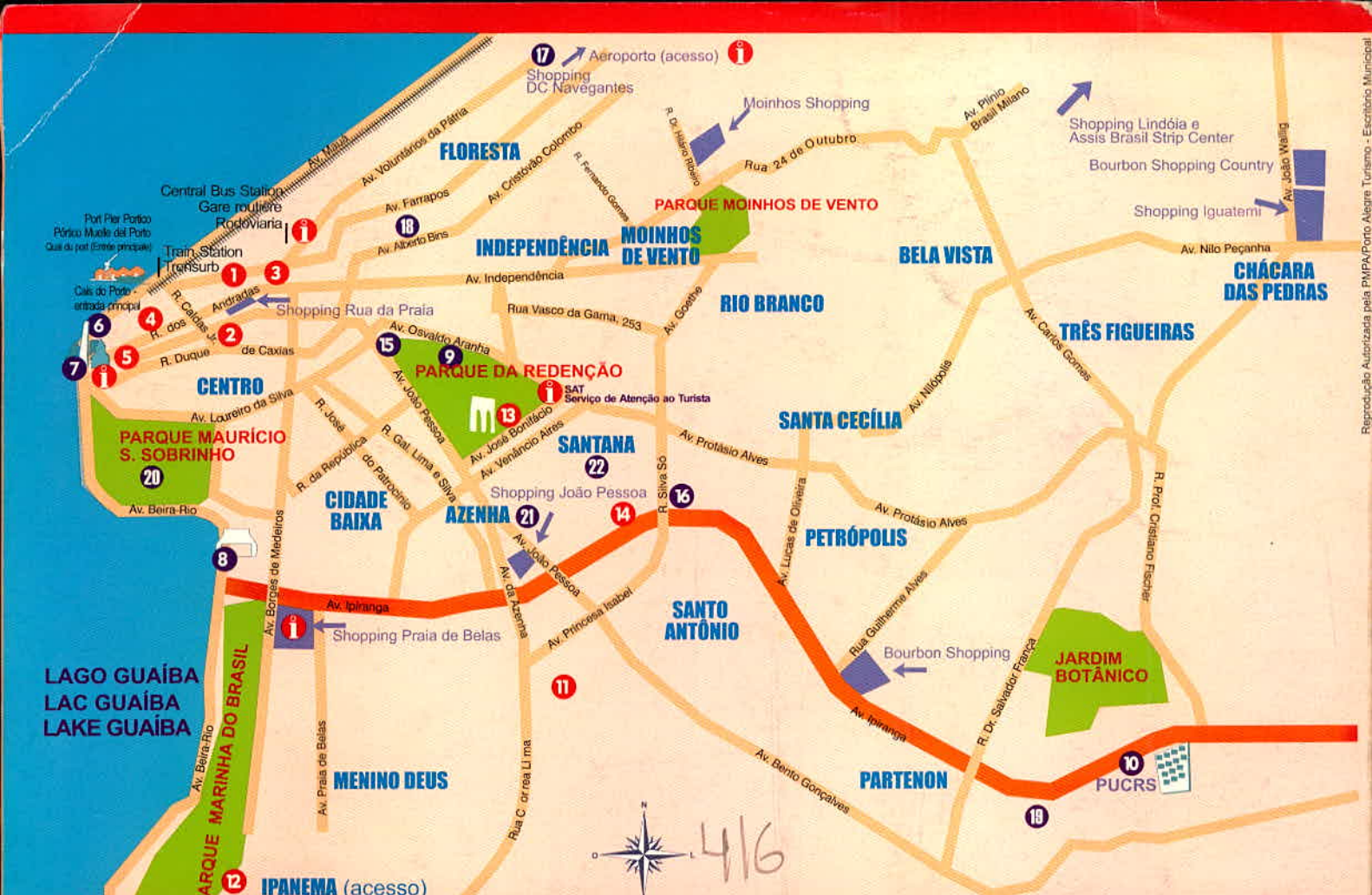
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil

Centro de Eventos da PUC

www.estado.rs.gov.br
www.portoalegre.rs.gov.br
www.forumsocialmundial.org.br

Mapa de Localização-PUCRS • Campus Map • Plan du Campus • Mapa del Campus

Mapa de Orientação Turística de Porto Alegre/Locais de Atividades • Mapa Turístico de Porto Alegre/Locales de Eventos
Plan Touristique de Porto Alegre/Lieux des Activités • Mapa Turístico de Porto Alegre/Locales de Eventos



Pontos Turísticos/Locais de Atividades

Touristic Sights/Activities Sites - Lieux Touristiques/Locaux des Activités - Locales Turísticas/Locales de Eventos

- 1 Praça da Afifândega
Museu de Arte do Rio Grande do Sul - MARGS
Memorial do Rio Grande do Sul
Santander Cultural
Clube do Comércio
Cas do Porto - entrada principal
- 2 Praça da Matriz
Palácio Piratini
Catedral Metropolitana
Theatro São Pedro
Palácio Farroupilha (Assembleia Legislativa)
Monumento a Júlio de Castilhos
Solar dos Câmara
- 3 Praça Montevideo e XV de Novembro
Prefeitura de Porto Alegre / Fonte Taboas de la Reina /
Mercado Público Central / Largo Gláucio Perez
Chafiz da Praça XV
FEDERASUL

- 4 Casa de Cultura Mario Quintana
- 5 Igreja das Dores
- 6 DEPRC
- 7 Centro Cultural Usina do Gasômetro
- 8 Anfiteatro Pôr-do-Sol
- 9 Auditório Araújo Vianna
- 10 PUCRS - Centro de Eventos
- 11 Estádio Olímpico (Grêmio)
- 12 Estádio Beira-Rio (Internacional)
- 13 Brique da Redenção / Monumento ao Expedicionário

- 14 Planetário - Centro de Projeção Astronômica
- 15 UFRGS - Salão de Atos/Reitoria/Faculdade de Direito
- 16 Ginásio da Brigada Militar
- 17 Shopping DC Navegantes
- 18 Hotel Plaza São Rafael / Centro de Eventos São José
- 19 AMRIGS
- 20 Acampamento da Juventude
- 21 Colégio Estadual Júlio de Castilhos
- 22 Instituto Espírita Imão Amigo Germano

- 1 Praça da Afifândega (Square)
MARGS - Art Museum of RS
Memorial do Rio Grande do Sul (Museum)
Club do Comercio (a historic building)
Cas do Porto (Pie)
- 2 Praça da Matriz (Square)
Palácio Piratini (The official residence of the Governor)
Catedral Metropolitana (Cathedral)
Theatro São Pedro
Palácio Farroupilha (Local House of Representatives / Local Parliament)
Monumento a Júlio de Castilhos
Solar dos Câmara (a main house)
- 3 Praças Montevideo e XV de Novembro (Squares)
Prefeitura de Porto Alegre (City Hall)
Fonte Taboas de la Reina (Fountain)
Mercado Público Central (Public Market)
Largo Gláucio Perez (Square)
Chafiz da Praça XV (Square Chafiz)
FEDERASUL

- 4 Casa de Cultura Mario Quintana (Cultural Centre)
- 5 Igreja das Dores (Church)
- 6 DEPRC
- 7 Centro Cultural Usina do Gasômetro (a former gasworks, now turned into cultural centre)
- 8 Anfiteatro Pôr-do-Sol (Open air stage)
- 9 Auditório Araújo Vianna (Auditorium)
- 10 Centro de Eventos da PUCRS (Events centre)
- 11 Estádio Olímpico (Grêmio) (FC's stadium)
- 12 Estádio Beira-Rio (Internacional) (FC's stadium)
- 13 Brique da Redenção (Bicycle Market) / Monumento ao Expedicionário

- 14 Planetarium (Planetarium)
- 15 Federal University - Assembly Room/Rectory/Law School
- 16 Military Police Gym
- 17 DC Navegantes Shopping Mall
- 18 Plaza São Rafael Hotel / SJ Conference Center
- 19 RS Medical Association
- 20 Youth Camp
- 21 JC High School
- 22 Imão Amigo Germano Spirituall Institute

- 1 Zona Praça da Afifândega:
Museu d'Arte do Rio Grande do Sul - MARGS (Museum)
Memorial do Rio Grande do Sul (Museum)
Clube do Comercio (a historic building)
Cas do Porto (Market)
- 2 Zona Praça da Matriz (Place Marechal)
Ducados:
Palácio Piratini
Catedral Metropolitana
Theatro São Pedro
Palácio Farroupilha (Assembleia Legislativa)
Monumento a Júlio de Castilhos
Solar dos Câmara
Museu Júlio de Castilhos
- 3 Zona Praças Montevideo e XV de Novembro:
Maré de Porto Alegre
Fonte Taboas de la Reina (Fountain)
Mercado Público Central
Largo Gláucio Perez
Chafiz da Praça XV (Pie and restaurant)
FEDERASUL

- 4 Maison de Culture Mario Quintana
- 5 Eglise des Dores
- 6 DEPRC
- 7 Centre Cultural Usina do Gasômetro
- 8 Amphithéatre Pôr-do-Sol
- 9 Auditorium Araújo Vianna
- 10 Centre d'Evénements de la PUCRS
- 11 Stade Olímpico (Grêmio)
- 12 Stade Beira-Rio (Internacional)
- 13 Brique de la Redenção (Bicycle Market) / Monument à l'Expéditionnaire

- 14 Planetarium (Centre de projections astronomiques)
- 15 Université Fédérale - Salòn de Fêtes/Rectoria/Faculté de Droit
- 16 Gymnase de la Police Militaire
- 17 Galerie Commerciale DC Navegantes
- 18 Hotel Plaza Sao Rafael / Centre de Congrès SJ
- 19 Association Médicale du RS
- 20 Campement de la Jeunesse
- 21 Collège Julio de Castilhos
- 22 Institut Spirituiste Frère Amigo Germano

- 1 Praça da Afifândega (Plaza)
Museu de Arte do RS - MARGS (Museum)
Memorial do Rio Grande do Sul (Museum)
Clube do Comercio (a historic building)
Cas do Porto (Market)
- 2 Praça da Matriz (Plaza)
Palácio Piratini (Sieve of the Province)
Catedral Metropolitana (Cathedral)
Theatro São Pedro (Theatre)
Palácio Farroupilha / Assembleia Legislativa (Assembly of the Representatives)
Monumento a Júlio de Castilhos (Cathedral)
Solar dos Câmara (Casa Real)
- 3 Praças Montevideo e XV de Novembro (Praças)
Prefeitura de Porto Alegre (Intendência) / Ayuntamiento
Fonte Taboas de la Reina (Fountain)
Mercado Público Central
Largo Gláucio Perez (Pie)
Chafiz da Praça XV (Pie and restaurant)
FEDERASUL

- 4 Casa de Cultura Mario Quintana
- 5 Igreja das Dores (Iglesia)
- 6 DEPRC
- 7 Centro Cultural Usina do Gasômetro
- 8 Anfiteatro Pôr-do-Sol
- 9 Auditório Araújo Vianna (Auditorio)
- 10 Centro de Eventos da PUCRS
- 11 Estádio Olímpico (Grêmio)
- 12 Estádio Beira-Rio (Internacional)
- 13 Brique de la Redenção / Monumento al Expedicionario

- 14 Planetari - Centro de Proyección Astronómica
- 15 Universidad Federal - Salòn de Actos/Rectoria/Facultad de Derecho
- 16 Gimnasio de la Policía Militar
- 17 Shopping DC Navegantes
- 18 Hotel Plaza Sao Rafael / Centro de Eventos SJ
- 19 Asociación Médica del RS
- 20 Acampamiento de la Juventud
- 21 Colegio Julio de Castilhos
- 22 Instituto Espírita Hermano Amigo Germano

realização:



apoio:



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado da Participação Popular
Secretaria da Cultura



Informe-se

Igualdade ATT/RS
Caixa Postal nº 1209 cep 90001-970
Agência Central - Porto Alegre
Cel.: (51) 9685-6121
igualdade@bol.com.br



Programa das Nações
Unidas para o Controle
Internacional de Drogas

material
financiado com
recursos do
convênio com
Ministério da
Saúde/CN-DST/Aids

diferentes sim



mas com direitos iguais

417

Guia da Igualdade para
travestis e transexuais

Construindo Igualdade em Saúde,
Cidadania e Direitos Humanos

A Tuberculose é uma doença que pode até matar. Se você ficar com tosse por mais de três semanas, com catarro ou sentir dor no peito, procure as seguintes unidades de saúde em Porto Alegre:

≡ Centro de Saúde Navegantes:
Av. Presidente Roosevelt, 05
Fone: 342-3585

✦ Centro de Saúde Modelo:
Rua Jerônimo de Ornelas, 55
Fone: 223-1668

✦ Centro de Saúde Vila dos Comerciantes
Rua Manoel Lobato, 151- área 15
Fone: 230-3081

✦ Unidade Sanitária Restinga Velha
Rua Abolição, 850
Fone: 250-1142

≡ Centro de Saúde Murialdo
Av. Bento Gonçalves, 3722
Fone: 336-1399

✦ Centro de Saúde IAPI
Rua Três de Abril, 90
Fone: 341-6333 - ramal 2322

**Ou no posto de saúde
de sua cidade.**

direitos humanos e cidadania

lembre-se

Os direitos civis são:

O direito à vida, à igualdade de tratamento perante a lei, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Para garantir que nossos direitos sejam respeitados é muito importante conhecê-los, saber exatamente o que diz a lei e o que acontece se ela não for cumprida.

Segunda a Constituição Federal de 1988:

- **Sua Casa:** é Inviolável. Ninguém pode nela penetrar sem o seu consentimento, salvo em caso de flagrante delito, para prestar socorro ou durante o dia por ordem de um juiz.
- **Identificação criminal:** se você portar sua Carteira de Identidade, não poderá ser submetida à identificação criminal.
- **Você só pode ser presa:**
 - em flagrante delito;
 - por ordem escrita e fundamentada (mandado de prisão) assinada por um juiz.

Se você for presa, esses são seus direitos:

- ter respeitada a sua integridade física e moral (não ser espancada ou submetida a humilhações);
- ter a sua prisão e local onde se encontra, comunicados imediatamente ao advogado e a sua família ou pessoas por você indicadas, bem como a sua apresentação logo após a prisão ao Juiz plantonista;
- ser informada dos seus direitos, entre os quais de permanecer calada;
- ser assistida por família e por advogado (contratado ou dado pelo Estado);
- saber a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório na polícia;
- obter liberdade provisória, com pagamento ou não de fiança, quando a lei assim permitir.



Está na Lei

Prostituição não é crime. Todos têm o direito de IR, VIR e PERMANECER onde quiser.

É dever do Juiz relaxar a prisão feita ilegalmente;

É livre a manifestação do pensamento;

É plena a liberdade de associação para fins lícitos;

Ninguém pode sofrer qualquer tipo de discriminação.

Em Porto Alegre também existe o artigo 150 da Lei Orgânica Municipal, que garante seu direito de entrar em estabelecimentos comerciais.

Se você for discriminada (física ou moralmente) em lojas, supermercados, bares, farmácias ou em qualquer estabelecimento comercial e condomínios, ou ainda por policiais, **siga estes passos:**

- Anote o local, data e horário do ocorrido. Anote também o(s) nome(s) do(s) agressor(es).
- Faça a ocorrência na delegacia de Polícia mais próxima; Caso você tenha sofrido agressão física vá ao Pronto Socorro e leve uma cópia do laudo do DML (Departamento Médico Legal da Polícia) para exame de corpo em delito.
- Leve uma cópia da ocorrência e do laudo policial na Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura ou da Assembleia Legislativa. Você encontra os endereços nesta cartilha.
- E procure a igualdade.

417

Onde fazer o teste anti-Hiv

† Centros de Testagem anônima †

- Ambulatório de Dermatologia Sanitária
Av. João Pessoa, 1327 - Fone 221-5408
- Centro de Saúde Vila dos Comerciantes
Rua Manoel Lobato, 151 - Vila Cruzeiro -
Fone 230-3050
- Centro Caio Fernando Abreu
Av. Bento Gonçalves, 3722 - Partenon -
Fone 336-1883

Canoas - Rua Teixeira de Freitas, 70/1º andar -
Fone: (51) 472-1074

Novo Hamburgo - Rua Corte Real, 170 -
Fone: (51) 593-2913

Pelotas - Rua Lobo da Costa, 1764 - Fone: (53) 272-1116

Rio Grande - Rua Major Carlos Pinto, 551 -
Fone: (53) 232-5116

Caxias do Sul - Rua Pinheiro Machado, 3229 -
Fone: (54) 225-2000

Santa Maria - Rua Silva Jardim, 400 - Fone: (55) 221-2580

Onde fazer o tratamento do HIV/Aids**Serviço de Assistência Especializada**

- Ambulatório de Dermatologia Sanitária
Av. João Pessoa, 1327 - Fone: 225-5207
- Centro de Saúde Vila dos Comerciantes
Rua Manoel Lobato, 151 - Vila Cruzeiro - Fone: 230-3050
- Centro Caio Fernando Abreu
Av. Bento Gonçalves, 3722 - Partenon - Fone: 336-1883
- Santa Casa
Pça. Dom Feliciano, s/nº - Centro - Fone: 228-8559
- Hospital Nossa Senhora da Conceição
Av. Francisco Trein, 596 - C. Redentor - Fone: 361-2911
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Rua Ramiro Barcelos, 2350 - Fone: 316-8455

Dicas de Sexo Seguro

- ✚ Use camisinha sempre que a transa tiver penetração.
- ✚ O arreto é livre, mas evite contato com os fluídos corpóreos (sangue, molhadinho da chana e esperma) do cliente ou companheiro.
- ✚ Para o boquete, use a imaginação. Além de camisinhas com gosto de frutas, passe mel ou leite condensado, por exemplo. Nunca engula a porra (esperma).
- ✚ Para o cunete, abra uma camisinha, forre o cu (ânus) ou a chana (buceta) e passe a língua à vontade. Assim você evita a hepatite e outras doenças.
- ✚ Limpe sempre os acessórios que possam ser utilizados em uma transa (pau de borracha, vibrador, etc).

Cuide de sua saúde

- ✚ Consulte regularmente um médico.
- ✚ Se você usa hormônios, é necessário realizar exames hormonais.
- ✚ Para a camisinha não romper, use sempre lubrificantes à base de água que você pega gratuitamente com a igualdade.
- ✚ Se você acha que teve contato com o vírus HIV, procure orientação, esclareça suas dúvidas e faça o teste.
- ✚ Se você for portadora do HIV, participe do grupo de adesão ao tratamento da Igualdade.

Dicas rápidas para você ficar segura:

- Nunca se sinta inferior a ninguém. Você não é criminosa por ser travesti ou profissional do sexo.
- Se alguém humilhar, discriminar ou agredir, denuncie, evite agressão física e busque seus direitos.
- Não leve desconhecidos para dentro de sua própria casa.
- Evite fazer programas em lugares desertos ou desconhecidos.
- Evite usar armas ou objetos perigosos, pois elas poderão ser usadas contra você.
- Nunca dê a "elza" (roubar). Isso é crime e evita vinganças.
- Quando for fazer um programa, acerte todos os detalhes possíveis antes. Preferências sexuais, duração, preço. Deixe tudo muito bem combinado.
- Cuidado com bebidas oferecidas por desconhecidos, pois podem conter soníferos.
- Não brigue com as outras monas da quadra. Sempre tem mercado para todas.
- Use SEMPRE camisinha.



Endereços úteis.

- Coordenação de Direitos Humanos da Prefeitura
Av. João Goulart, 501 (ao lado do Gasômetro)
Fone: (51) 224-8272 ramais 208 e 210
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores
Av. Loureiro da Silva, 255 - CEP 90010-420 - Fone: 228-6055
- Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa:
Praça da Matriz, s/nº - 3º andar - Fone: 210-2095
- Ouvidoria da Justiça e Segurança: Av 7 de Setembro, 666
Porto Alegre - ligação gratuita 0800-999-801 das 9h às 17h
- Coordenadoria das Promotorias Cíveis
Rua Gal. Câmara, 352 Centro - Porto Alegre - Fone 221-9130
- Movimento de Justiça e Direitos Humanos - Rua Andrade Neves,
159/84 - 90010-210 - Porto Alegre - Fone: 221-9130
- Anistia Internacional - Rua Jacinto Gomes, 573 - Fone: 217-3220
- DML - Departamento Médico Legal da Polícia Civil
Av. Ipiranga, 1807 - Fone: (51)217-9021

Para fazer seus documentos:

- Carteira de Identidade e Atestado de Antecedentes:
Instituto de Identificação - Av da Azenha, 255 - Porto Alegre
- Título de Eleitor: TRE - Av. Duque de Caxias, 350 - Centro
Fones: 227-2088 e 227-2298
- Carteira de Trabalho: SINE - Av. Mauá, 1013 - Fone 228-6544
- CIC - Receita Federal:
Av. Loureiro da Silva, 445 - Fone 228-2944
- Certificado de Reservista: Junta do Serviço Militar:
R. Prof. Freitas e Castro, 850 - Fone: 223-3611

Ter documentos é um direito seu. Se você não tiver dinheiro, fotos e passagens, procure a FASC:
Fundação de Assistência Social e Cidadania:
Av. Júlio de Castilhos, 516 - Centro - Fone: 225-7703



417

Como se pega

- ✦ Penetração no cu. Dando ou comendo sem camisinha (sexo anal);
- ✦ Compartilhando seringas na roda de pico;
- ✦ De mãe portadora para seu filho durante a gravidez, no parto e amamentação;
- ✦ Sangue contaminado.
- ✦ Boquete sem camisinha (sexo oral).

Como não se pega

- ✦ Pelo ar;
- ✦ Picada de insetos;
- ✦ Abraços e apertos de mão;
- ✦ Beijos (inclusive de língua);
- ✦ Suor, saliva ou lágrimas;
- ✦ Sexo com camisinha.

Não seja lesada!

Usando camisinha, além de prolongar seu prazer, você evita doenças como: aids, gonorréia, sífilis, hepatite e herpes.



Esta cartilha foi criada para você, travesti e transexual, ficar "ATINADA" sobre seus direitos e para cuidar melhor da sua saúde.

A cartilha está dividida em três partes:

saúde e prevenção

direitos humanos e cidadania

endereços úteis



saúde e prevenção

DST = Doença Sexualmente Transmissível

Aids = Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. É provocada pelo HIV.

HIV = É o Vírus da Imunodeficiência Humana. Ataca as defesas do corpo, deixando a pessoa exposta a várias doenças.

Existem várias outras DSTs, como gonorréia e sífilis, e a forma de "pegar" todas é fazendo sexo sem camisinha.

Como posso ficar livre das DSTs ?

Usando camisinha em todas as relações sexuais.

Onde posso fazer o teste anti-HIV ?

Os teste podem ser feitos nos endereços que você encontra nesta cartilha. Em Porto Alegre, a Igualdade encaminha você para fazer o teste de forma anônima, gratuita e sem precisar entrar em fila.

Se você acha que entrou em contato com a HIV espere 90 dias para fazer o teste. Antes disso o resultado não é válido.



Articulação Nacional de Travestis – ANTRA

Se você for para outro Estado, saiba os contatos das entidades filiadas à ANTRA e que prestam atendimento nas áreas de saúde, direitos humanos, assistência social e solidariedade junto as travestis, transexuais e transformistas.



Grupo Esperança – Paraná
Rua Mariano Torres, 435/91
Centro – Curitiba – cep 80420-210
Fone: (41) 222-3999 - Contato: Lisa Minelli



GRAB - Grupo Resistência Asa Branca - CE
Rua Teresa Cristina, 1050 - Centro - Fortaleza
cep 60015-141 - Fone: (85) 253-6197 -
Contato: Janaina Dutra



ASTRAV - Associação de Travestis - MG
Rua Rio Grande do Sul, 661/1201
Barro Preto – Belo Horizonte – cep 30170-110
Fone: 3075-7849- Contato: Porcina D'Alessandro



PRÓ-Vida- Grupo de Travestis - AL
Rua Manaus, 496- Prado – Maceió – cep 57011-410
Fone: (82) 221-0667 - Contato: Chris Madri
crismadri@sol.com.br



UNIDAS
Associação de Travestis Unidas na Luta pela Cidadania - SE
Rua Nestor Sampaio, 41 - Castelo Branco – Aracaju
cep 49000-000 - Fone: (79) 3041-3071- Contato: Luciana Lins



ATMS - Associação de Travestis de Mato Grosso do Sul - MS
Rua Nicolau Frágelli, 200 - Amambai – Campo Grande
cep 79008-570 - Fone: (67) 7256171
Contato: Cris Elephany de Morou



ATRAS - Associação de Travestis e Transexuais de Salvador - BA
Rua Frei Vicente, 24- Pelourinho – Salvador
Fone: (71) 322-2552 - Contato: Michele Mari



Grupo Pela Vida - RJ
Av. Rio Branco, 135/grupo 709 - Centro - Rio de Janeiro
Fone: (21)518-3993 - contato: Charla Novi



Coordenação Geral
Cassandra Fontoura

Tesoureira
Marcelly Malta

Secretária
Shella Alves

Assessoria Jurídica
Sônia Costa Golubik

Consultoria
Paulo Afonso Soares



A Igualdade leva para o Mercado Público de Porto Alegre temas como: Auto-estima, Cidadania, Direitos Humanos, Violência, Redução de Danos e prevenção de DSTs/Aids. Participe e receba camisinhas e gel após a reunião.

As reuniões são quinzenais e a sala é o número 10, no primeiro andar.

AGENDE-SE

março 14 e 28

agosto 8 e 22

abril 11 e 25

setembro 5 e 19

maio 9 e 23

outubro 10 e 24

junho 6 e 20

novembro 7 e 21

julho 11 e 25

dezembro 5 e 19

sempre às 3 da tarde



A Igualdade,
apresenta este guia com informações básicas sobre saúde e direitos humanos. Esta é a primeira parte do projeto **Construindo Igualdade em Saúde, Cidadania e Direitos Humanos** e visa deixar as cidadãs travestis e transexuais por dentro de informações necessárias para reduzir danos em sua saúde e exercer sua plena cidadania.

Igualdade

Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul

Fundada em 25 de maio de 1999, com a finalidade principal de integrar e promover a cidadania das travestis e transexuais. Para isso, a associação vem desenvolvendo projetos na área da Assistência Social, Prevenção das DST/Aids e Direitos Humanos.

